



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 31 - Nº 582 - DE 5 A 17 DE MARÇO DE 2019 - R\$ 4,00

**Somente a revolução proletária
derrotará o imperialismo e imporá a
independência nacional da Venezuela**

**Nenhum governo burguês, por mais
nacionalista que seja, romperá o domínio
da nação opressora sobre a nação oprimida**

Em defesa do governo Maduro contra o golpe de Trump-Guaidó. Nenhum apoio à política burguesa de Maduro. Pela luta independente da classe operária em defesa da nação oprimida e pela expropriação revolucionária da grande burguesia

A lição deixada pelo dia 23 de fevereiro é de que a classe operária venezuelana deve encabeçar a frente única anti-imperialista, para derrotar a ofensiva das potências e superar o governo nacional-reformista esgotado

**Por um movimento internacional em defesa
da autodeterminação da Venezuela**

Fora o imperialismo da Venezuela!

Fora o imperialismo da América Latina!

**Pela construção do partido
marxista-leninista-trotskista!**

**Abaixo a reforma
da previdência
de Bolsonaro-Guedes!**

**Defender os empregos na Ford,
com a ocupação da fábrica
e o controle operário da produção**

Agora é o momento de organizar a luta!

Bolsonaro está em choque com os explorados. Dois meses apenas da posse foram suficientes para que o governo mostrasse sua ferocidade. A imensa maioria da população recebeu, horrorizada, o projeto de reforma da Previdência. É visível seu conteúdo capitalista anti-operário e antipopular.

Os assalariados, principalmente, veem pela frente um grande desastre. Mesmo os milhares que estão para se aposentar são atingidos pelas novas regras. Bolsonaro-Guedes não poupou nem mesmo os milhões que não conseguem se aposentar, e têm de ser assistidos na velhice, para não morrerem de fome. Guedes teve a petulância de apresentar o sentido geral da reforma, que deve culminar com o fim do sistema previdenciário, e com a sua substituição por um fundo individual gerenciado pelos bancos.

Nenhum dos governos anteriores assumiu tamanha incumbência ditada pelo capital financeiro, pelos credores da dívida pública, pelo conjunto dos exploradores e pelo imperialismo. Está aí por que Bolsonaro se pôs, imediatamente, em choque com a maioria oprimida.

É preciso ter claro em que condições econômicas e sociais o novo governo arranca a máscara eleitoral de salvador da pátria e mostra a face de salvador dos capitalistas. Permanecem as altas taxas de desemprego e subemprego, geradas na recessão de 2015 e 2016. Aparecem mais claramente as nefastas consequências da reforma da Previdência e da lei da terceirização. Potenciou-se a instabilidade da vida dos assalariados, com milhões sendo empurrados para a informalidade ou sujeitados aos precários contratos de terceirizados. Aumentou a pressão das multinacionais para que os sindicatos aceitem a redução salarial, a extinção ou diminuição de direitos trabalhistas e as alterações na jornada de trabalho. É o que acabou de ocorrer na GM de São José dos Campos. Está em andamento uma onda crescente de demissão e recontração de terceirizados. O anúncio da Ford de fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo é o sintoma mais agudo da crise capitalista que recai sobre os assalariados.

A propriedade privada dos meios de produção e o capital financeiro parasitário se voltam contra as forças produtivas, que vão se desintegrando na forma de redução de postos de trabalho, de demissões, de desemprego elevado,

de subemprego crônico, de miséria crescente das massas e de mutilação de parte significativa da força de trabalho. A burguesia, ao invés de pôr em marcha as reformas progressivas de proteção aos empregos e salários e, portanto, de preservação e potenciação da força de trabalho, põe em marcha contrarreformas. Rompe as antigas relações de trabalho, que lhe serviram para explorar as massas, acumular capital e expandir a indústria no Sudeste, e as substitui por relações inferiores, retrógradas e desindustrializantes.

A reforma da Previdência completa o plano burguês das contrarreformas. Certamente, não pára por aí. A mente inventiva de Guedes e da horda de burocratas a serviço da burguesia prevê agravar ainda mais a reforma trabalhista.

Não há que lamentar ou temer como fazem os reformistas e a legião de sindicalistas serviçais. Não há que procurar soluções negociadas. Não há que confiar no Congresso Nacional. Há que compreender, explicar aos explorados os reais motivos, agitar as bandeiras proletárias e organizar o movimento das massas contra os ataques da burguesia e de seu governo. Há que confiar em nossas próprias forças. Há que combater nossos inimigos em todos os flancos, inclusive naqueles em que os vendidos ao capital se fazem de amigos, com a política de independência de classe, com nossas próprias reivindicações e com nossa própria estratégia de poder, que é a da luta por um governo operário e camponês.

É preciso aproveitar a crescente desconfiança dos explorados no governo ditatorial, militarista e fascizante. É preciso fermentar a revolta latente nas fábricas, nos bairros populares, nas ruas, nos transportes, nas escolas e em toda a parte. É preciso apoiar imediatamente a greve dos municipais. É preciso defender os empregos na Ford mobilizando a classe operária como um todo, e exigindo que o sindicato organize a ocupação de fábrica. As condições políticas pendem a favor dos explorados. Bolsonaro chefia um governo em crise, que vai aprofundar. Não há tempo a perder com negociações. Os trabalhadores esperam uma ação mais firme das direções para marchar contra o governo antinacional e antipopular. Esperam a palavra de ordem de greve geral, para pôr abaixo a reforma de Bolsonaro-Guedes e quebrar a implantação da reforma trabalhista de Temer-Meirêlles.

**1989
2019****30 anos
construindo
o partido-
programa**

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL N° 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Em defesa dos postos de trabalho, dos salários e direitos

A crise econômica, que se abate sobre o Brasil, reflete diretamente na destruição de postos de trabalho. A burguesia, principalmente a imperialista, necessita manter suas taxas de lucro nos mesmos patamares anteriores à crise. Para isso, destrói postos de trabalho, exige o rebaixamento dos salários e direitos, além da introdução de novas formas de contratação (terceirização, trabalho intermitente, etc.).

A situação da montadora Ford é par-

te dessa crise. Ameaça fechar a fábrica de São Bernardo, com a justificativa de que não é rentável a produção de caminhões. A General Motors (GM) ameaçou fechar as plantas de São Caetano e São José. A justificativa era a mesma. O resultado dessa ameaça foi o rebaixamento salarial, demissão de parte dos operários, implantação da terceirização em todos os setores, introdução do trabalho intermitente e quebra de direitos. O acordo foi fechado

pelo sindicato, depois de uma assembleia em que os operários estavam desarmados para a luta e atemorizados.

No caso do fechamento da Ford, a direção do sindicato fez uma assembleia, seguida de uma passeata. A orientação da burocracia sindical é a de recorrer à matriz nos Estados Unidos e pedir ajuda a Bolsonaro. Na assembleia, foi distribuído o Boletim Nossa Classe, que abaixo reproduzimos.

Operários e operárias,

Estamos diante de um grande ataque a nossas vidas e à economia nacional. Temos diante de nós cinco frentes de luta imediata: 1) não permitir o fechamento da Ford; 2) enfrentar os planos empresariais de demissão e redução dos salários; 3) rejeitar a entrega da Embraer à Boeing; 4) derrotar a reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes; 5) enfrentar a reforma trabalhista e a terceirização de Temer. O Boletim Nossa Classe é dedicado a essa luta, que deve ser uma só, de todos os explorados, unificada e com os métodos de luta próprios dos trabalhadores.

Política Operária

A classe operária não pode permitir o fechamento da Ford Greve com ocupação de fábrica

A Ford não arreda pé em seu propósito de acabar com a fábrica no ABC. A decisão veio de sua matriz, nos Estados Unidos. Caso seja mantida, fechará 4.500 postos de trabalho. Estima-se a destruição de 24 mil empregos, isso por que o fechamento atinge uma ampla cadeia produtiva. Está claro que é uma violência contra os metalúrgicos e à classe operária como um todo.

Nossa resposta tem de ser também dura e firme. Temos nossos meios próprios de luta coletiva. Podemos ocupar a fábrica e avançar no sentido do controle operário da produção. Numa hora como essa, não se pode perder tempo. Não se pode

alimentar a ilusão de que a multinacional norte-americana irá voltar atrás em sua decisão. Acima dos empregos e dos salários, estão os lucros da montadora.

O Boletim Nossa Classe apoia qualquer que seja a decisão de luta coletiva. Mas entende que o fechamento da unidade da Ford do ABC é parte de um plano internacional da montadora. O que quer dizer que irá às últimas consequências para manter sua decisão. Devemos, como primeiro passo da luta, decretar a greve, ocupar a fábrica e estender o movimento para as demais montadoras.

FORD abusa de seu poder

O comunicado da montadora, de 19 de fevereiro, pegou de surpresa os trabalhadores, o sindicato e a toda a classe operária. A matriz fez seus cálculos e, simplesmente, resolveu que fechará sua produção na planta de São Bernardo do Campo. Esses cálculos estão de acordo com o segredo comercial da empresa. Esse segredo é próprio de uma poderosa multinacional, que explora a classe operária em vários países. O comunicado diz também que encerrará a produção do Focus, na Argentina. E que constituiu uma aliança com a Volkswagen. O que quer dizer que as duas montadoras se unem para ampliar seus

lucros, sem se importar com a desgraça dos operários. Certamente, não faz parte de seus cálculos o quanto lucrou desde a sua instalação no Brasil.

O Boletim Nossa Classe defende que os segredos comerciais de todas as montadoras sejam quebrados e colocados a público. Para isso, é preciso pôr em pé um grande movimento da classe operária, que seja independente e disposto a impor o controle operário da produção. A prepotência das multinacionais deve ser combatida com o programa operário de defesa dos empregos, salários e direitos.

Não acreditar na farsa de Doria e Morando

O governador e o prefeito de São Bernardo do Campo se reuniram com o presidente da Ford da América do Sul. Não aceitaram a presença do sindicato. Doria informou que quer encontrar um comprador para a fábrica. E o representante da Ford disse que as demais fábricas no Brasil não serão afetadas. Esse tipo de negociata deve ser rejeitado pelos trabalhadores. A Ford está aproveitando o impacto da notícia para conseguir vantagens do governo do estado e do município. Lembremos que as montadoras têm recebido subsídios do

governo federal e, mesmo assim, demitiram em massa e impuseram os acordos de flexibilização capitalista do trabalho, que destroem direitos.

O Boletim Nossa Classe é contra qualquer apoio governamental às multinacionais, que exploram a força de trabalho, lucram muito com o mercado interno, parasitam o Tesouro Nacional e enviam para suas matrizes rios de dinheiro. O programa da classe operária é expropriação sem indenização e nacionalização de todas as multinacionais.

Responder ao ataque capitalista com os métodos da classe operária

O fechamento da Ford é parte de um ataque geral aos explorados. Pouco antes, a GM impôs seu plano de redução do piso salarial, congelamento dos salários em 2019, diminuição do adicional noturno, fim dos limites para as horas-extras, fim da estabilidade para os acidentados e acometidos por doença profissional para os novos contratos, redução do tempo de auxílio previdenciário aos lesionados e aumento da jornada de trabalho.

O argumento da montadora é o mesmo que o da Ford. Igualmente fez ameaça de fechamento da fábrica de São José dos Campos. As montadoras que estão na base do ABC, tam-

bém, conseguiram impor medidas que reduzem postos de trabalho, diminuem salários e quebram direitos.

O Boletim Nossa Classe sempre se opôs aos acordos antioperários e de conciliação de classes. Sempre defendeu responder com luta coletiva a cada investida patronal. E sempre alertou que os recuos e os maus acordos assinados pelos sindicatos não brecariam novos ataques. O fechamento da Ford é o exemplo mais duro dessa experiência. É preciso combater a política sindical de colaboração de classes e de afrouxamento da luta diante da violência patronal. É preciso defender o programa da classe operária contra os planos dos capitalistas.

Assembleia da Ford

Sem ocupação da fábrica, não se dá nenhum passo em defesa dos empregos

Ocorreu no dia 26/2, no pátio da empresa, a assembleia dos metalúrgicos, transformada em um ato com participação da CUT, Força Sindical e CSP-Conlutas, representantes de sindicatos dos bancários do ABC e Guarulhos, Apeoesp, MTST, parlamentares e correntes de esquerda.

O ato iniciou com oração, que deu o tom pacífico e passivo à manifestação, bem no momento em que a multinacional norte-americana desfecha um violento golpe nos operários. A representante da secretária-geral da confederação geral italiana, CGIL Lombardia, iniciou o rosário dos discursos, com a promessa de que iria conversar com o sindicato europeu, solicitando ajuda. Douglas, da CUT, não economizou palavras de solidariedade e disse que a central está construindo unidade na luta. Nada de concreto apresentou. Limitou-se a informar

verno deve impedir a importação de peças da Ford para empresas que estão no país. Aí está um exemplo de conversa mole de quem não quer a luta operária. Também lembrou da experiência de quem esteve no sindicato, quando da greve de 1998. Como não poderia deixar de ser, transformou a derrota em vitória. Os burocratas são mestres em transformar a água em vinho. Paulo Caires previu que a luta será longa, e que a marca Ford no Brasil não irá sobreviver. O problema, no entanto, está em como lutar pela sobrevivência da classe operária. A essa necessidade, Caires não apresentou nada. O presidente da federação estadual dos metalúrgicos fez discurso animando os operários: tem de manter a disposição de luta, buscar apoio da sociedade civil e imprensa. O burocrata, todo animado, disse que era preciso organizar atividades com as famílias, acreditando nas possibi-

lidades de reverter o fechamento, e que a luta deve ser a mesma de 1998. A sociedade civil a que se referiu é a dos politikeiros da burguesia. Nota-se que se repetiu, ao cansaço, a tal da vitória de 1998.

Um representante sindical da Ford ressaltou que agora as armas estão em conseguir que a imprensa divulgue a luta, que estamos realizando na empresa. Informou

Não só a luta não veio, como os operários foram responsabilizados por sua própria desgraça, por terem votado em Doria e não em Marinho. Por terem votado em Bolsonaro e não em Haddad. Esse foi o recado dos parlamentares a quem foi dado o direito à palavra, e que fizeram uso dela para sobrepor seus interesses eleitorais às necessidades de 2.800 famílias em vias de serem entregues à miséria.

que está cobrando dos governos, em nível estadual e federal, a responsabilidade. Toninho, do PT, lembrou a “ocupação” que fizeram na fábrica, mas não a defendeu, agora, para impedir as demissões. Lamentou que o prefeito São Bernardo e o governo Doria estejam fazendo papel de corretor de venda da fábrica ameaçada de fechamento.

O conhecidíssimo Vicentinho afirmou que as lutas ocorridas contra as demissões na Ford foram vitoriosas, mentindo descaradamente. Queixou-se de Bolsonaro, por ter fechado as portas à negociação. Pretendeu, assim, que os operários compartilhassem de suas ilusões no governo burguês. E concluiu com o ditado: “quem morre calado é sapo embaixo do pé do boi”. Certamente, quem fala muito e não faz nada morre debaixo do pé do patrão. Luiz Marinho citou a fala de Lula, de que o go-

que a direção da Ford está mentindo para os mensalistas de que seus empregos estão seguros, são 750 mensalistas e 230 executivos. Perguntou aos operários: como terão emprego, se a empresa fechar? Em seguida, deu a grandiosa notícia de que, no dia 7 de março, uma comissão do sindicato irá aos Estados Unidos para negociar com a matriz. Ninguém ficou sabendo, afinal das contas, o que será negociado. Se o mesmo que se negociou em 1998, os metalúrgicos da Ford estão ferrados.

Devido ao seu atraso, Guilherme Boulos foi o penúltimo a falar. Disse que os trabalhadores da Ford não estavam sozinhos, uma vez que a luta era justa ao reivindicar emprego. Por isso, deveria ser encampada pelo prefeito de São Bernardo, pelo governo do estado e pelo governo federal, demonstrando, com isso, compromisso com o povo. Falou brevemente, declarando

ao final que “a única luta que se perde é aquela em que não se acredita”. O dirigente do MTST e ex-candidato à presidência da República pelo PSOL tirou do bolso o mesmo pedido dos burocratas para que os governos tomassem em suas mãos a solução do problema.

Vagner Santana, presidente do sindicato, avaliou que o fechamento da empresa causará prejuízos a milhares de pessoas. Criticou os incentivos de Temer à montadora no nordeste. Responsabilizou a “Rota 27-Nordeste” pelo fechamento da planta de São Bernardo. Aproveitou para pedir a Vicentinho que levasse essa discussão ao Congresso Nacional. Esqueceu-se de dizer que os governos do PT fizeram o mesmo no Sudeste e as multinacionais não deixaram de demitir em massa e impor a flexibilização capitalista do trabalho. Em um gesto litúrgico, típico de quem acabou de rezar o pai nosso, disse aos apreensivos operários: “vamos agarrar as mãos de cada família, mostrando que não iremos abandoná-las”. A assembleia e o ato concluíram

sem nenhuma medida de luta. A orientação é a de aguardar as negociações.

Não só a luta não veio, como os operários foram responsabilizados por sua própria desgraça, por terem votado em Doria e não em Marinho. Por terem votado em Bolsonaro e não em Haddad. Esse foi o recado dos parlamentares, a quem foi dado o direito à palavra, e que fizeram uso dela para sobrepor seus interesses eleitorais às necessidades de 2.800 famílias em vias de serem entregues à miséria.

O POR participou da assembleia com o Boletim Nossa Classe, onde defendia a greve com ocupação. Marchou junto aos operários ao longo do ato, que se deu por ruas paralelas, e, por isso, sem bloquear o trânsito da cidade. Assim se deu, mesmo tendo a Rodovia Anchieta ao lado da fábrica, um das principais rodovias do país. Os 4.500 operários marcharam pelas ruas de São Bernardo sem que empunhassem uma bandeira de combate, aprovada na assembleia.

A FARSA DA OCUPAÇÃO DA FORD EM 1998

A direção do sindicato metalúrgico ameaçou reproduzir a ocupação de fábrica da Ford em 1998, quando a montadora enviou aviso-prévio de demissão a 2.800 operários. Na época, o presidente Luiz Marinho se reuniu com Carlos Marino, representante da Ford, e com Maurício Soares, prefeito de São Bernardo, para acertar uma ocupação pacífica da fábrica. As máquinas foram desativadas com antecedência e, assim, os demitidos também puderam entrar no recinto. O objetivo combinado da “ocupação” foi o de pressionar o governo para contribuir com as negociações e resolver as dificuldades alegadas pela montadora.

O Partido Operário Revolucionário interveio em todo esse processo. Denunciou a farsa da ocupação. Eis o que diz o Jornal Massas, nº 165, do início de janeiro de 1999: “Entendemos que a estratégia de ocupação pacífica, consentida e previamente articulada com o patrão, se constitui em traição, e só demonstra o quanto a direção do sindicato está comprometida com os capitalistas”. E continua: “Marinho engana os trabalhadores, quando diz que a intervenção do governo nas negociações é a única forma de resolver o problema, fazendo a Ford voltar atrás nas demissões”.

Nessa mesma ocasião, a GM também anunciou que iria demitir mais de mil operários no ABC. O sindicato correu e fechou um acordo de demissão gradativa, utilizando-se do lay-off. Os burocratas aproveitaram da dificuldade para apresentar aos trabalhadores uma alternativa: a demissão voluntária. Estabelecia-se um marco de ataque aos empregos e salários, que iria avançar incessantemente.

A Ford recorreu ao exemplo da GM. O sindicato e a montadora fizeram um acordo de suspensão das demissões de 2.070 operários e a abertura das “demissões voluntárias”. A manobra foi tão brutal que os “readmitidos” não puderam entrar na fábrica, e foram colocados na condição de licença remunerada. Assim, patrão e burocracia puderam pressioná-los a aceitar as “demissões voluntárias”, recebendo uma indenização. O Jornal Massas, nº 167, início de fevereiro, publicou o

O sindicato e a montadora fizeram um acordo de suspensão das demissões de 2070 operários e a abertura das “demissões voluntárias”. (...) os “readmitidos” não puderam entrar na fábrica e foram colocados na condição de licença remunerada.

manifesto do POR distribuído na assembleia metalúrgica que fechou o acordo das “demissões voluntárias”. O ponto três de sua denúncia diz: “Os planos de “demissões voluntárias” enfraquecem o movimento e fortalecem o desemprego. Em pouco tempo, a indenização acaba, o desempregado não acha emprego e a fome ataca seu lar”. E defendeu: “1) nada de divisão entre empregados e ameaçados de demissão. Que o movimento continue unido; 2) não colocar a fábrica em funcionamento enquanto não houver garantia do emprego para todos; 3) não aceitar as pressões e chantagens da Ford para que haja “demissões voluntárias; 4) que a assembleia

aprove novas formas de luta e resistência, caso a direção da Ford não aceite a volta de todos ao trabalho. Defendemos a greve com ocupação de fábricas e que o sindicato convoque uma assembleia geral de todos os metalúrgicos, para engrossar o movimento da Ford contra as demissões e a miséria; 5) que a diretoria do sindicato abra a palavra para que os operários de base digam sua opinião sobre o acordo e os rumos do movimento”.

Em 22 de fevereiro desse mesmo ano, a burocracia sindical levou à assembleia a pôr fim ao movimento. No Jornal Massas, nº 168, início de março, diz: “De fato, a liquidação da resistência já se deu na assembleia do dia 2 de fevereiro. Nesta, a direção sindical, orquestrada com a Ford, manobrou com a ideia de que um acordo estava prestes a assegurar os empregos. Vicentinho deu força a essa mentira, com o argumento moral de que ‘nós não sairemos humilhados desta luta’”. O artigo mostra que a traição foi sendo cuidadosa-

Adquira com o distribuidor: **R\$35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

mente preparada, desde o início do conflito. Conclui: “A direção conduziu os trabalhadores para a tática pacífica e passiva de ‘todos entrarem na fábrica e trabalharem’. A isso os burocratas chamaram de ocupação de fábrica. Uma verdadeira fraude para com a revolta dos metalúrgicos. Serviu para bloquear a situação explosiva das 2.800 demissões. A raiva que impulsiona as massas a adotarem instintivamente medidas radicais de luta foi amortecida com a tática da passividade, e da falsa ocupação da fábrica”.

Se a luta, agora, contra o fechamento da Ford for por esse

Quinzena Operária

mesmo caminho, a derrota é líquida e certa. É preciso aproveitar a experiência de 1998-1999 para não repetir. A assembleia e o ato dia 26 de fevereiro foram um mau sinal. A burocracia tudo fará para que os operários não ocupem a fábrica e projetem seu movimento para o ABC e toda classe operária. É preciso que os operários com consciência de classe furem o bloqueio da burocracia e levem os trabalhadores a impor a democracia operária, com assembleias verdadeiramente abertas à discussão e sem manipulação de burocratas vendidos à multinacional.

Ato contra a venda da Embraer à Boeing

No dia 26/02, em frente à Sede da Embraer em São José dos Campos/SP, ocorreu um ato contra a entrega da empresa para a multinacional norte-americana Boeing. O ato foi organizado pelos Sindmetal SJC (filiação à Conlutas), Sindmetal Botucatu (Força Sindical) e Sindmetal Araraquara (CUT), sindicatos onde a Embraer tem unidades. No mesmo dia, houve uma Assembleia de Acionistas da Embraer, que aprovou a venda, por 96,8% dos votos válidos (grupo que representa 67% dos acionistas).

O ato contou com cerca de 150 pessoas e diversos sindicatos, bem como as Centrais Sindicais. Um dirigente do Sindmetal de Botucatu (Força Sindical) fez uma fala, cuja essência foi a solicitação da intervenção do Judiciário no caso, para impedir que a venda se realize. O dirigente do Sindmetal de SJC (Conlutas), na sua fala, denunciou o caráter entreguista e as consequências prejudiciais para os trabalhadores (arrocho, perda de direitos e demissões), e concluiu apelando para que Bolsonaro faça uso da ação golden share, que lhe dá o poder de vetar o negócio. A bandeira “Veta Bolsonaro!” foi levantada diversas vezes durante a manifestação. No dia seguinte, a direção do Sindmetal SJC esteve em Brasília para uma reunião com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM), para pedir a intervenção do Congresso Nacional, que deveria fazer uso da ação de veto diante da ausência do Executivo.

O POR esteve presente no ato e interveio com a distribuição do Boletim Nossa Classe e com a fala no microfone. O conteúdo

da intervenção foi de que a venda da Embraer é mais um episódio de ataque à soberania nacional e ao movimento operário, assim como o anúncio recente do fechamento da Ford, em São Bernardo do Campo, processo de privatização da Petrobras, etc, bem como a PEC da Reforma da Previdência. De forma que é necessário a organização de um movimento de frente única anti-imperialista para combater o governo abertamente entreguista e as suas medidas. Para ser consequente, deverá estar sob a política revolucionária do proletariado, e sob o método da ação direta (atos, ocupação de empresas, greve, etc.). Não pode, então, apelar para o governo abertamente pró-imperialista ou para a Justiça burguesa, vide o exemplo concreto da Embraer: Os governos Temer e Bolsonaro, em nenhum momento, se opuseram à venda, apenas quiseram negociar aspectos secundários. Na questão judicial, o movimento conseguiu, ao longo do processo de negociação, 3 liminares suspendendo a venda, mas todas foram rapidamente derrubadas pelo Tribunal Regional Federal, inclusive uma um dia antes da Assembleia de Acionistas, que deu o sinal verde para a entrega da Embraer. É claro, portanto, que o processo de privatização e desnacionalização da economia não será barrado, nem ao menos freado, se apoiando no governo burguês ou na justiça burguesa. É preciso se apoiar na classe operária mobilizada e nos movimentos (sindical, estudantil, popular, etc.), superar a política de conciliação de classes das Centrais Sindicais, e organizar imediatamente a Greve Geral.

Mais um “Dia Nacional de Luta”

No dia 26 de fevereiro, ocorreu a reunião com as principais centrais sindicais para a organização do Dia Nacional de Luta e Mobilização em Defesa da Previdência no dia 22 de março. Trata-se, segundo os burocratas sindicais, de um “aquecimento rumo a uma greve geral em defesa das aposentadorias”. Dizem que, além da mobilização, irão pressionar os parlamentares em seus gabinetes e bases eleitorais com a consigna eleitoreira “se votar, não volta”.

Diante do quadro de ataque frontal à vida das massas, o projeto de Reforma da Previdência (PEC 06) expõe os objetivos

nefastos do governo militarista de Jair Bolsonaro de destruição das aposentadorias e pensões. E para derrotá-lo, é preciso urgentemente organizar a greve geral. As mobilizações chamadas de “esquentas” são distracionistas. Isso por que não visam à paralisação das fábricas, do comércio e de outros serviços. Acabam sendo atos de direções sindicais e de uma parcela muito pequena de trabalhadores. Mais uma convocação sem paralisação não ajudará a fortalecer a resistência para pôr abaixo integralmente a reforma de Bolsonaro-Guedes.



Governo usa nova alta no desemprego para chantagear

Depois de dois trimestres com desemprego em queda, mas ainda elevado (11,7%), a desocupação voltou a crescer, atingindo 12,7 milhões de pessoas (12%). É o que aponta a PNAD contínua do IBGE. São mais 318 mil pessoas desocupadas.

Há um elemento de sazonalidade que impacta os dados do trimestre, mas, mesmo em comparação com os anos de 2018 e 2017, o trimestre encerrado em janeiro de 2019 foi pior. Enquanto os trabalhadores com carteira assinada se mantiveram em 32,9 milhões, e os domésticos em 6,2 milhões; o número de ocupados no setor público reduziu em 1,8%, e chegou a 11,5 milhões; e caiu em 321 mil o número de empregados do setor privado sem carteira assinada, totalizando 11,3 milhões. Apesar disso, cresce a informalidade, com os trabalhadores por conta própria aumentando em 291 mil pessoas, chegando a 23,9 milhões. O número de empregadores (4,5 milhões) também oculta parte dos informais.

A violência da falta de emprego, porém, é mais bem vista, quando se acrescentam outros dados. Das 65,5 milhões de pessoas fora da força de trabalho (número que aumentou em 403 mil no trimestre), o contingente de subocupados, composto por pessoas dispostas a trabalhar, é de 24,3% da força de trabalho: 27,5 milhões de pessoas.

São 6,8 milhões que se ocupam por horas insuficientes ou estão desalentadas. Desesperançadas, 4,7 milhões de pessoas deixam de procurar empregos, cansadas de levar “não” como resposta ou sem condições de continuar buscando.

O mapeamento das atividades em que houve redução mostra uma economia que permanece empacada. O crescimento do PIB de 1,1%, em 2018, número pífio, mostra isso. Houve queda de 2,2% de empregos na agropecuária; 2,9% na Indústria; e 2,8% em serviços. O aumento no grupo de transporte (2,8%) se deve, em grande medida, à ocupação precária dos motoristas de aplicativos.

Em janeiro, o governo havia divulgado os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, comemorando a criação de 529.554 vagas, em 2018. Esses dados têm a particularidade de medir apenas os trabalhos com carteira assinada. Mas, o cenário está distante de recuperar as vagas destruídas pela crise capitalista. O fechamento de empregos formais foi de 1,534 milhão, em 2015; 1,326 milhão em 2016; e 11.964, em 2017.

Bolsonaro usa desemprego para chantagear

Diante desses dados calamitosos para as massas, o governo Bolsonaro intensifica a chantagem, dizendo que, para gerar empregos, será necessário aprovar a reforma da Previdência e reduzir mais direitos. Porta-vozes de seu governo dizem que, se aprovada, a economia crescerá 2,9%, e haverá geração de empregos. Ainda candidato, ele disse com todas as letras que era preciso decidir: “ou todos os direitos e desemprego, ou menos direitos e emprego”. Usa o desespero dos que querem trabalhar para passar por cima de qualquer legislação de proteção trabalhista e previdenciária. Seu governo tem falado que a CLT, mesmo rasgada por Temer

com a reforma trabalhista, ainda é muito pesada para o bolso dos capitalistas. Seria necessário criar a carteira verde e amarela, sem direitos. Trata-se de uma mentira deslavada. O emprego cai por conta da dinâmica da crise de destruição de forças produtivas, e pela expulsão da força de trabalho a cada inovação tecnológica. Essas medidas de característica ultraliberal são pró-cíclicas, reduzem ainda mais o consumo, a arrecadação de impostos, não animam a economia, apenas favorecem o patronato, sobretudo a fração monopolista da burguesia.

Vale lembrar que Temer fez a mesma chantagem. Seu ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, prometeu gerar 2 milhões de empregos em 2018 e 2019, caso a reforma trabalhista fosse aprovada. A lei, aprovada em julho de 2017 e em vigor desde novembro de 2017, só vem aumentando a informalidade, rotatividade, e nem de longe essas vagas foram criadas. Se contarmos os da-

O que o capitalismo em decomposição reserva às massas é a manutenção de um contingente enorme da população no desemprego e informalidade, com ou sem crescimento. Usam o desemprego para dividir a classe, estabelecem uma concorrência entre empregados e desempregados, podendo assim rebaixar os salários e destruir direitos.

dos do CAGED, referentes a novembro de 2017 a janeiro de 2019, foram apenas 208.954 empregos formais criados. E os dados da economia nem de longe apontam para a criação de 1,8 milhão de postos de trabalho até dezembro.

Projeções da FGV relacionam o crescimento do PIB à geração de empregos, mostrando que, para recuperar o nível de emprego de 2014, antes do impacto da crise econômica mundial em nossa economia, se o país crescer 2,5% ao ano, levará 10 anos. E o nível pré-crise não era de pleno emprego, mas de 6,8%, quase metade do nível atual.

Não podemos, porém, acreditar nessas promessas de que, com crescimento, os postos de trabalho voltarão. O que o capitalismo em decomposição reserva às massas é a manutenção de um contingente enorme da população no desemprego e informalidade, com ou sem crescimento. Usam o desemprego para dividir a classe, estabelecem uma concorrência entre empregados e desempregados, podendo assim rebaixar os salários e destruir direitos.

As burocracias sindicais abandonaram há tempos a defesa do emprego. Apóiam-se corporativamente nas camadas mais bem remuneradas da classe operária. Negociam acordos de demissão. Abandonam demitidos. Não estabelecem a unidade entre ocupados e desocupados. Essa política nos leva de derrota em derrota.

Mais do que nunca, é preciso erguer a defesa de EMPREGO PARA TODOS. Sem nenhuma distinção, incorporar homens e mulheres, jovens, negros, homossexuais, na produção social. Para isso, é preciso impor a ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO, com a divisão das horas de trabalho entre todos os aptos a trabalhar, uma redução da jornada com a garantia do SALÁRIO MÍNIMO VITAL, calculado pelas assembleias de trabalhadores, levando em consideração as necessidades de uma família trabalhadora.

Servidores municipais respondem à intransigência de Covas com a continuidade da greve

A assembleia unificada dos servidores municipais de SP, do dia 28 de fevereiro, indicou a continuidade da greve, com realização da próxima assembleia / manifestação no dia 8 de março, que é o dia internacional de luta contra a opressão à mulher. O movimento enfrenta um governo duro, mas vem dobrando a sua intransigência aos poucos. Bruno Covas (PSDB) começou sequer reconhecendo a existência da greve, até chegar à realização de duas reuniões com os representantes do Fórum das Entidades. Tem sido obrigado a comparecer a programas de rádio e televisão, além de usar outros meios, para se justificar, utilizando as mentiras costumeiras, para tentar jogar a população contra os servidores.

Suas respostas aos sindicatos têm sido evasivas: antes, dizia simplesmente que não revogaria a Lei 17.020, a qual impôs a Previdência complementar (Sampaprev) e o confisco de mais 3% sobre os salários, com a elevação da alíquota de 11 para 14%. Na “negociação” do dia 26, disse que, diante da PEC 06/2019 (reforma da Previdência do Bolsonaro), “se comprometeria” a não elevar as alíquotas de contribuição além dos 14%. O que é uma forma diferente de dizer o mesmo que dizia no começo, isto é, que não revogará a reforma aprovada ao apagar das luzes, em 26 de dezembro de 2018, e que não atenderá os demais pontos da pauta.

Para piorar, marcou uma nova reunião para a manhã do dia 28, desmarcando-a logo em seguida. Na sequência, publicou, no Diário Oficial de 1º de março, o Decreto 58.648, que dispõe sobre os descontos estabelecidos pela Lei 17.020. O decreto veio para cumprir a exigência legal da noventena – período de

90 dias, fixado por lei federal, para vigência de legislação que aumenta a contribuição previdenciária.

Ainda sobre a reunião do dia 26: Covas reafirmou a política de valorização salarial atrelada à meritocracia, lógica que tem sido imposta pelo PSDB na rede estadual de SP, que está presente em outros estados e municípios, e foi consagrada pela reforma trabalhista, aprovada em julho de 2017 por Temer (MDB). Aponta claramente para o acirramento da política de arrocho salarial. Também manteve sua linha de endurecimento em relação ao direito de greve, sustentando os cortes de ponto, indicando apenas a possibilidade de transformação das faltas injustificadas em justificadas. E, isso, condicionado à reposição posterior e à suspensão imediata da greve. Nada disso satisfaz os servidores, afinal, greve não é “falta”, trata-se de exercício de um direito democrático fundamental.

Diante do quadro, aos trabalhadores não restava alternativa, a não ser seguir em greve, até a conquista das reivindicações. O governo, na verdade, não cedeu um milímetro nas exigências. Daí a necessidade dos servidores radicalizarem no método e trabalharem para romper o isolamento. Vale lembrar que, em que pesem todas as dificuldades, o movimento ainda tem conseguido realizar atos centralizados multitudinários nos dias de assembleia. Segue sendo uma tarefa primordial realizar os atos massivos unificados por região e os comandos nos diversos equipamentos do serviço público e nas fábricas. Cabe também pressionar a CNTE e as centrais sindicais para que saiam do imobilismo, antecipando o calendário de mobilização, e tomando o caminho efetivo, não somente em palavras, de construção da greve geral.

Rondônia / Burocracia sindical quebra a greve dos trabalhadores

No Massas anterior, mostramos que os trabalhadores dos transportes coletivos de Porto Velho iniciaram uma greve contra a empresa “Consórcio SIM”, devido à retirada de direitos do acordo coletivo, como: cesta básica, auxílio saúde, ticket alimentação, adicional noturno e salários atrasados. Foi feito um acordo e a empresa não cumpriu. A situação se agravou, porque os salários estão atrasados desde dezembro, e o patrão anunciou demissões. Em decorrência desse fato, no dia primeiro de março, novamente, cruzaram os braços. O fato é que o “Consórcio SIM”, junto à empresa Amazontur e demais consorciadas, embolsaram o dinheiro, e não restituíram sequer o minguido salário. Mais ainda. A empresa “Consórcio SIM” reduziu a frota em aproximadamente 20%. O que significou demissão.

A decisão dos trabalhadores foi de retomar a greve. Exigir que o acordo anterior fosse cumprido e a manutenção de seus direitos. Em resposta a decisão da empresa, que afastou 34 funcionários, e ao anúncio de que está com sobra operacional de 112 pessoas, de um total de 661 operários, houve a paralisação.

Os trabalhadores mostraram, mais uma vez, disposição de luta. Mas, encontraram pela frente a burocracia sindical, que, ao invés de potencializar a greve, a desmontou em 12 horas. O presidente do sindicato impôs à assembleia dos grevistas a suspensão do movimento, sem o atendimento de nenhuma das reivindicações, somente com a promessa de recorrer à justiça sobre o acordo passado. Não tocou nas demissões, nem nos salários atrasados. Por

outro lado, vieram as ameaças de criminalização da greve, como faz todo capitalista. Isso é um santo remédio para os burocratas acabarem com a luta.

A greve de janeiro durou duas semanas. Essa, apenas doze horas. A direção do sindicato nada fez contra a campanha do prefeito e da burguesia contra a greve, tentando jogar a população contra o movimento. A greve dos transportes coletivos, necessariamente, tem de ganhar o apoio dos explorados, em geral. Essa é uma tarefa fundamental de uma direção classista. Os empresários se unem aos governantes e à justiça contra a greve. As direções traidoras, pressionadas pela burguesia, pela lei antigreve e seu governo, quebram a disposição de luta dos trabalhadores. Mostram-se, assim, servis ao patronato.

O problema está em que a vanguarda da greve tem de se colocar por constituir uma nova direção, capaz de defender os interesses dos trabalhadores e os métodos próprios da classe operária. É preciso defender a independência de classe, perante os patrões; lutar contra a lei antigreve, que criminaliza os movimentos sociais e, por isso, multa os sindicatos; fortalecer também e defesa das reivindicações com os métodos próprios dos trabalhadores; realizar assembleias democráticas, para que a base possa se expressar e buscar apoio nos demais segmentos oprimidos, convocando-os para comparecerem às assembleias. É preciso também defender a estatização dos transportes coletivos, sob o controle dos trabalhadores.

Entrega da Embraer à Boeing: avanço da submissão ao imperialismo estadunidense

Já faz mais de um ano que se iniciaram as negociações da entrega da Embraer à Boeing. O poder de veto do governo, através da chamada “golden share”, evidenciou o entreguismo, pois o governo Temer e, agora, Bolsonaro tiveram de explicitar sua anuência da entrega da empresa, que foi concebida como estratégica para o país. Mais do que isso, reforça o alinhamento do governo Bolsonaro com o imperialismo estadunidense, uma vez que a Boeing busca fazer frente à europeia Airbus, que acaba de realizar acordo similar com a canadense Bombardier.

A saída negociada para a não entrega total da Embraer, que envolveria projetos ligados à Força Aérea Brasil, quanto à defesa militar, em nada muda o caráter entreguista e subserviente da burguesia brasileira e seus governos. À Boeing, o que por hora lhe interessa, para fazer frente à empresa europeia, é justamente a parte que está sendo vendida. O essencial da Embraer passa a fazer parte de uma nova empresa, cujo controle por parte da Embraer são irrisórios 20%. Se a Boeing, hoje, toma essa parte fundamental da Embraer, não tardará a submeter o restante da empresa.

Direções sindicais alimentam ilusão na via parlamentar

No 26/02, houve a assembleia de acionistas da Embraer, que votou a entrega à Boeing. O Sindicato metalúrgico de SJC realizou uma manifestação em frente ao local, onde a assembleia foi realizada, em protesto à entrega da empresa. Mas, a direção sindical alimenta ilusão na via parlamentar, quando é necessário projetar o movimento ao conjunto da classe operária e demais explorados, e mostrar que somen-

te com a independência de classe é que se poderá barrar o entreguismo.

Em nota, o sindicato afirma que, no dia 27/02, se reuniu com o presidente da câmara, Rodrigo Maia (DEM), para apontar que “o uso da ação Golden Share seja atribuição do Congresso Nacional [e não do executivo], por se tratar de tema de interesse da União”. Apontam irregularidades no acordo, como forma de tentar barrá-lo. Na mesma nota, apontam que a resposta de Rodrigo Maia foi de que “vê com preocupação o acordo com a Boeing” e que “se comprometeu a analisar o ofício [com as irregularidades no acordo]”, ou seja, que nada fará.

Por outro lado, vemos que a CUT e Força Sindical, apesar de se colocarem formalmente contra a venda, e realizar ações judiciais e inócuas, concretamente, não moveram uma palha para mobilizar a classe operária contra a entrega da Embraer. A Força Sindical chegou ao absurdo de disseminar os elogios da imprensa burguesa favoráveis à entrega.

Resposta proletária

A classe operária deve se colocar de maneira intransigente contra a entrega da Embraer à Boeing. Deve defender a reestatização sem indenização aos capitalistas. Que a Embraer volte a ser inteiramente estatal, sob controle operário. Não será com apelos ao Bolsonaro, à Câmara de Deputados, ou com medidas judiciais que se impedirá a desnacionalização da indústria aeroespacial. Essa é uma tarefa de toda a classe operária. Para isso, é preciso lutar no campo da independência de classe, rompendo com a política de colaboração de classes do reformismo e da burocracia sindical.

DIA NACIONAL DE LUTA FICOU NOS DISCURSOS

Conforme deliberação das centrais, o dia 20 de fevereiro era de manifestações em todo o país. No entanto, ficou reduzido a algumas capitais. Mostramos, aqui, o caráter diversionista imputado pelas centrais, e a intervenção do POR.

Recife

Em Recife, o dia nacional foi realizado como uma aula pública, na Praça da Independência. No dia em que foi apresentada a dura proposta de reforma da Previdência pelo governo Bolsonaro, o ato, que durou um pouco mais que 2 horas, garantiu inicialmente 1 hora e meia para marchinhas de Carnaval. Duas bandeiras estiveram presentes: “Abaixo a reforma da Previdência” e “Lula Livre”. Dentre as entidades presentes, estavam CSP-Conlutas, Sindsprev, CTB, UGT, CUT e MST. As exposições foram feitas como perguntas e respostas (distribuíram papeis com perguntas prontas), e as respostas muitas vezes se assemelhavam a mera leitura do documento da Reforma. Entre as perguntas lidas estavam: “A aposentadoria vai acabar?”; “os aposentados também correm risco?”; “como ficará a aposentadoria das domésticas?”; “como fica a aposentadoria do trabalhador urbano?”; “como ficará o BPC (Benefício de Prestação continuada)?”. “O que é a regra de transição?”

O formato artificial e antidemocrático era permeado por respostas com chamados à construção de um calendário de mobiliza-

ção. Um representante da UNE reproduziu uma das perguntas de um papel que pegou aleatoriamente. Algumas direções sindicais aproveitavam as perguntas para se colocarem contra a reforma, e denunciar o regime de capitalização, que só favorece os bancos.

Após certa dificuldade, o POR conseguiu fazer sua intervenção. Para intervir, o partido teve de fazer uma pergunta: “Por que não está havendo a construção dos comitês de luta para a greve geral?”. Por essa via antidemocrática, o POR pôde defender a organização da greve geral.

O “O Dia Nacional”, portanto, não passou de distracionismo. Ao invés de ser o caminho para as jornadas de lutas em direção à greve geral, foi um dia de teatralização. Por essa via, os trabalhadores amargarão mais uma derrota.

São Paulo

O ato foi chamado de “Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora”. Estavam presentes as centrais sindicais e movimentos sociais. Como não era dia de paralisação, o comparecimento se deu à parcela de operários e servidores vinculada às direções sin-

dicais. Mesmo assim, houve uma boa presença de trabalhadores. A Assembleia Nacional contou unicamente com a intervenção das direções das centrais e movimentos. Os discursos, ora radicais, ora mais conciliadores, deram o conteúdo da manifestação. Ou seja, se limitar às denúncias, e preparar o terreno para as tais pressões no Congresso Nacional. Por fim, apresentaram o Manifesto de consenso entre as burocracias sindicais. Não havia, nem em palavras, a defesa da greve geral. Tratava-se de um manifesto de caráter democratizante, que fazia um chamado *“a todos os setores democráticos da sociedade brasileira, às igrejas (...) aos movimentos sociais, aos prefeitos e vereadores, deputados (...)”, e à ampliação da “atuação no espaço institucional do Congresso Nacional”* por meio da Frente Parlamentar de Defesa da Previdência Social.

O POR distribuiu o boletim (publicado abaixo), atuou divulgando os materiais políticos e o jornal Massas. Levantou a bandeira de *“Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”*, organizar imediatamente a greve geral.

Natal

Nesse dia, as centrais fizeram uma plenária contra a reforma da Previdência, na qual participaram a CUT, CTB, CSP-Conlutas e Intersindical, além de sindicatos, movimentos sociais e correntes de esquerda.

Apesar dos discursos cheios de generalizações e falsificações da burocracia sindical, a maioria dos presentes se concentrou na defesa da unidade dos trabalhadores para organizar a greve geral. Isso fez com que a burocracia sindical elevasse seus discursos

para o tom radical, aguerrido. Aproveitaram para reafirmar, falsamente, que a reforma previdenciária de Temer foi derrotada, graças ao movimento unitário dos trabalhadores. Esconde, no entanto, que Temer só não conseguiu colocar a reforma em votação por causa das disputas interburguesas no parlamento, e das pressões da alta burocracia estatal. Ocultaram que as centrais desmontaram a greve de 28 de abril, e se submeteram ao calendário parlamentar.

Chamou a atenção o discurso derrotista da representante da Intersindical, que afirmou que *“desde 2013 a luta dos trabalhadores parece ter encerrado”* e que tem a *“convicção que estamos num retrocesso”* e que *“conseguimos uma derrota”*. *“O que foi que nós fizemos nesse percurso?”* *“Colocar um candidato que ataque os trabalhadores”*. Tratava-se de uma crítica aos eleitores de Bolsonaro, como se os demais candidatos não tivessem se comprometido em reformar a Previdência.

O POR interveio defendendo a constituição de comitês de base nos locais de trabalho, estudo e moradia para organizar, de fato, a greve geral, uma vez que foram os comitês de base um dos principais métodos que impulsionaram o movimento pela greve geral de abril de 2017. Ressaltou a independência dos explorados e os métodos da ação direta para pôr abaixo a reforma de Bolsonaro e Guedes.

Antes dos encaminhamentos, foi lido o manifesto da Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora em Defesa da Previdência e contra o fim da Aposentadoria, formulada pelas centrais sindicais.

Manifesto Combater com a greve geral a maldita reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes

22 de fevereiro de 2019

Aos trabalhadores

A nova Previdência é uma facada pelas costas aos milhões que confiaram em Bolsonaro e o elegeram. É uma facada à imensa maioria dos trabalhadores do País. Por que Bolsonaro não apresentou em sua campanha eleitoral seu infame projeto de Previdência? Porque seria repudiado por toda a população. Bolsonaro e Guedes enganaram o povo. Esconderam a faca que iria sangrar, traiçoeiramente, não só os milhões que confiaram em sua palavra, como também os milhões que foram arrastados por outros candidatos da burguesia, entre eles o do PT, que se mostraram incapazes de rechaçar qualquer reforma da Previdência.

Nenhum desses candidatos disse, com todas as letras, que os trabalhadores não precisam de nenhum tipo de reforma da Previdência. Nenhum disse, com todas as letras, que apenas os banqueiros, os parasitas da dívida pública e os capitalistas em geral é que precisam da reforma da Previdência. Está aí por que é uma reforma inteiramente voltada contra os assalariados, contra os camponeses pobres e contra os pequenos produtores e comerciantes. A ultraminoria, que recebe altos salários, continuará com seus privilégios de casta. São os governantes, parlamentares, juizes, promotores e oficiais das Forças Armadas.

É preciso que os trabalhadores cuspem na mentira de Bolsonaro, Guedes e toda a imprensa, que dizem que a nova Previdência acabará com os privilégios e fará justiça social. Os trabalhadores devem – nas fábricas, no comércio, nos bancos, nos transportes, nas escolas, nas repartições públicas, no campo e nos bairros operários – rasgar o projeto entregue ao Congresso Nacional e botar fogo

nele. Mas, o principal de tudo é ganhar as ruas, parando as fábricas, os bancos, os transportes e toda atividade econômica. Aí sim, queimaremos em praça pública a maldita reforma da Previdência.

Não aceitamos nenhum tipo de reforma da Previdência. Os deputados e senadores já se preparam para levar adiante as mentiras de Bolsonaro-Guedes. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Davi Alcolumbre, se comprometeram a acelerar as discussões e a aprovação. São farinha do mesmo saco. São capachos dos banqueiros e de toda sorte de parasitas que sangram o Tesouro Nacional, se valendo da gigantesca dívida pública e da monstruosa carga de juros, que anualmente corresponde a cerca de R\$ 380 bilhões. Imaginem entregar somente em juros R\$ 380 bilhões aos especuladores da dívida pública. E, mesmo assim, a dívida continua crescendo, e, com ela, os juros. É para manter esse monstro consumidor da riqueza nacional que Bolsonaro-Guedes montaram tamanha armadilha contra os pobres e oprimidos.

Está mais do que provado que não há nenhuma quebra da Previdência. Os trabalhadores contribuem acima de suas forças. Os capitalistas contribuem com uma ninharia. Além disso, estima-se que grandes empresas e bancos devem R\$ 450 bilhões à Previdência. A sonegação dos capitalistas é bem conhecida pelos governantes. Somam-se as isenções fiscais, e encontramos os verdadeiros sabotadores e destruidores da Previdência pública. É sobre essa gigantesca fraude que Bolsonaro e Guedes montaram, nos bastidores do Estado, a nova Previdência antioperária e antipopular.

A reforma da Previdência, como dissemos, não é uma necessidade dos trabalhadores. Acrescentamos: também não é uma

necessidade do País. A propaganda de que, sem as mudanças na Previdência, o Brasil fica prejudicado, é mais uma mentira deslavada. A economia brasileira não cresce, não abre empregos, e mantém milhões desempregados e subempregados, não por causa das aposentadorias e pensões. Ocorre que o capitalismo, no mundo inteiro, já não tem como empregar a grande maioria, e pagar um salário de acordo com as necessidades da família operária. Esse sistema social está mergulhado em uma profunda crise mundial. Vem desintegrando-se e empurrando os explorados à barbárie social. Essa reforma da Previdência é consequência de tamanha decomposição. Está aí por que, em toda a parte, e todos os governos vêm descarregando a crise econômica sobre a maioria oprimida.

Ouvimos no rádio e na televisão que a reforma da Previdência trará novos investimentos externos. Ou seja, os banqueiros internacionais ficariam animados em aplicar seus recursos no Brasil. É outra falsificação. Os capitais externos investem para saquear o País. São imperialistas. Todos eles exigem a reforma da Previdência para garantir o pagamento da dívida pública, e sobrar algum recurso para o Tesouro Nacional subsidiar os capitalistas em seus negócios. Está bem claro que o imperialismo, juntamente com os banqueiros nacionais, estão impondo um regime previdenciário criminoso. Ao contrário de servir ao desenvolvimento da economia do País, serve tão somente aos interesses de um punhado de capitalistas, que controlam o Estado.

Até ontem, o governo de Bolsonaro se achava cercado pelos escândalos de corrupção. A bandeira de moralidade guiou a sua vitória eleitoral. Um de seus filhos, Flávio Bolsonaro, foi denunciado por ligação com as milícias do Rio de Janeiro. Negou-se a prestar depoimento e, até momento, a justiça o mantém intocável. O braço direito de Bolsonaro, Onyx Lorenzoni, responde a um processo por desvio de dinheiro. O ministro do turismo, Marcelo Álvaro, se utilizou de falsificação eleitoral para também desviar dinheiro público. O partido PSL de Bolsonaro foi denunciado por ter usado candidaturas femininas como laranjas, para também desviar dinheiro. O ministro Gustavo Bebianno foi demitido nas vésperas da entrega do projeto de reforma da Previdência ao Congresso Nacional. O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Sérgio Moro, assiste a tudo como não tivesse nada a fazer e, pior, agora dá aval jurídico para o famigerado caixa 2. Os generais que tomaram conta do governo evitam se responsabilizar pela corrupção de seus aliados. Esse é o governo que diz ter a mais alta moral para aprovar a destrutiva reforma da Previdência.

Não é preciso entrar nos detalhes do projeto Bolsonaro-Guedes para ver o tamanho da violência desfechada contra a maioria dos explorados. Institui a obrigatoriedade da idade mínima. Aumenta a idade para as mulheres. Eleva o tempo de contribuição para todos. Elimina a aposentadoria por tempo de contribuição no sistema do INSS. Para receber o salário integral, é preciso contribuir por 40 anos. Reduz o valor das pensões por morte. Corta o valor dos Benefícios de Prestação Continuada, instituindo o miserável valor de R\$ 400,00, do qual os idosos terão de sobreviver; para receber o salário mínimo é preciso ter 70 anos, quando era 60 anos. Iguala a idade do homem e da mulher do campo (60 anos). Mas, o objetivo final é mais ambicioso. Bolsonaro-Guedes querem acabar com o sistema de repartição e instituir o sistema de capitalização.

A classe operária e demais trabalhadores devem prestar atenção que a reforma da Previdência é parte de um conjunto de reformas antinacionais e antipopulares. Temer fez a reforma trabalhista e aprovou a lei da terceirização. Paulo Guedes indicou que, logo após a aprovação da sua nova Previdência, voltará à reforma trabalhista. Inclusive indicou algumas medidas, como a carteira de trabalho verde-amarela, que acaba com os benefícios, estende para 22 anos de idade o programa jovem-aprendiz, que receberá um salário inferior ao mínimo e acaba com o abono salarial para os trabalhadores que recebem acima de um salário mínimo. Os empresários dizem que é preciso reduzir o custo do trabalho. Ou seja, obrigar o empregado a trabalhar mais e receber menos. Essa é lei de exploração capitalista do trabalho. É por meio dela que a minoria rica se torna mais rica, e a maioria pobre, mais pobre.

A situação é a seguinte: ou derrubamos a reforma da Previdência e marchamos contra a reforma trabalhista e a terceirização, ou vamos arcar com mais uma derrota. A greve geral e as grandes manifestações de rua são nossas forças. Não devemos confiar na conversa dos deputados e senadores e dos burocratas sindicais, que a vitória dos trabalhadores virá da formação de uma maioria opositora no Congresso Nacional. Essa história de diálogo com parlamentares e com o próprio governo nos leva a um beco sem saída. Devemos, também, rejeitar a ideia de que é possível modi-

ficar para melhor o projeto de Bolsonaro, ou então apresentar outro projeto. Vamos dizer NÃO a essa impostura. Nossa bandeira é: **Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes!** Com ela, vamos à greve geral e às ruas.

As centrais sindicais realizaram um primeiro ato unificado, no dia 20 de fevereiro. Milhares de trabalhadores foram à

Praça da Sé e vários pontos do País. Disposição de luta existe. Faltam apenas organização e clareza na reivindicação. Essa primeira manifestação foi apenas um importante passo. O fato de a declaração das centrais não colocar a defesa da greve geral e não levantar a bandeira de “Abaixo a Reforma da Previdência de Bolsonaro e Guedes” não deixa claro os próximos passos. Devemos exigir absoluta unidade das centrais, dos sindicatos e dos movimentos, em torno à preparação e organização da greve geral. Não vamos convencer os parlamentares a votarem contra a reforma apenas com o “Dia Nacional de Luta”. O governo, o Congresso Nacional e a burguesia somente vão voltar atrás diante de um poderoso movimento nacional, que pare toda a economia.

Diante disso, está colocada a convocação de assembleias em todos os sindicatos. Os movimentos populares devem convocar as assembleias de bairro. E o movimento estudantil, realizar as assembleias universitárias. Por esse caminho, constituiremos os comitês de luta, que garantirão a frente única pela derrubada integral da reforma da Previdência.

Abaixo a reforma da previdência de Bolsonaro-Guedes!

Organizemos a greve geral!

Pela unidade de todas as centrais e movimento!

Marchemos unidos rumo à vitória dos explorados sobre os exploradores!

Mesa de Debate – Previdência e a Greve na Educação em São Paulo

No dia 28/02/19, a Corrente Proletária na Educação/POR participou do debate realizado pelo Comitê de Resistência do Instituto de Biologia da USP. O objetivo era discutir com os futuros professores as perspectivas para o ensino público brasileiro, frente à Reforma da Previdência, a partir da greve dos servidores municipais de São Paulo.

A intervenção do POR se centrou na caracterização de que a Reforma da Previdência é uma imposição do capital financeiro, objetivando pagar a dívida pública. O movimento grevista que acontece em São Paulo, desde o dia 04 de fevereiro, é parte da luta contra a reforma antinacional, uma vez que tem como objetivo iniciar a reforma nos Estados e municípios a fim de fortalecer a imposição da reforma em âmbito federal.

No município de São Paulo, o funcionalismo vem lutando contra a SAMPAPREV (Lei 17.020) desde 2016, quando o ex-prefeito Fernando Haddad/PT

tentou impor, pela primeira vez, o até então PL 621, mas foi derrotado pelo movimento grevista. No entanto, três dias antes de findar seu mandato (28/12/16), recolocou o PL 621 para que Dória/PSDB pudesse aprová-lo. Em 2017, após 17 dias de greve, a categoria derrotou a tentativa de aprovação do PL. O ano de 2018, por sua vez, foi marcado por uma luta histórica, que levou mais de 100 mil trabalhadores às ruas, chegando a 93% de adesão à greve contra a SAMPAPREV. A greve foi encerrada após 20 dias, com a aceitação da proposta de suspensão da tramitação do PL na Câmara, para criação de uma “Comissão de estudos”. Após o período eleitoral, o golpe de Bruno Covas/PSDB se configurou com a aprovação da SAMPAPREV, nos dias 22 e 26 de dezembro/2018, quando a categoria já se encontrava desmobilizada em função do recesso. No mesmo dia, 26/12, foi aprovada a greve para 4 de fevereiro de 2019. Greve que começou massiva, e

completará 33 dias em 08/03, quando se realizará a próxima assembleia unificada do funcionalismo.

Sobretudo, é uma greve que vem sendo marcada pela unidade grevista, o que constitui um avanço organizativo na luta dos municipais, com um enorme potencial para desencadear um movimento nacional, e avançar na unificação da luta contra a Reforma da Previdência de Bolsonaro/Guedes. No entanto, sofre com o isolamento na luta contra a Reforma da Previdência em âmbito nacional, obstáculo imposto pela burocracia sindical por meio de sua política de “resistência democrática”, que se dará apenas pela via da pressão parlamentar. A Corrente Proletária se contrapõe a essa política da burocracia sindical, defende e trabalha no seio do movimento grevista para que se retome o caminho da Greve Geral. Única via capaz de derrotar a ofensiva da burguesia de conjunto contra o direito a aposentadoria.

Manifesto 8 de Março

Por um dia internacional da mulher, proletário e socialista! Vencer a opressão sobre a mulher, lutando contra todas as formas de opressão

Este 8 de março, dia internacional da mulher, ocorre em um momento muito particular do Brasil. Deve ter por guia a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”. Não é preciso detalhar o ataque desferido aos trabalhadores em geral, que, como tal, atinge a imensa maioria das mulheres operárias, camponesas e das camadas mais pobres da classe média. Nos próximos meses, temos esse combate pela frente. Devemos concentrar todas nossas forças para pôr abaixo a reforma da Previdência e derrotar politicamente o governo antinacional e antipopular. As mulheres oprimidas têm o dever de voltar as manifestações deste dia contra a reforma da Previdência, e contra as forças da burguesia, que estão unidas para descarregar a crise do capitalismo sobre as massas.

As profundas alterações do sistema previdenciário agravarão ainda mais as condições de existência da maioria, que depende de sua força de trabalho para sobreviver. Essa situação evidencia que as especificidades da opressão sobre a mulher é parte da opressão geral de classe. Não é por acaso que Bolsonaro, Guedes, banqueiros, grandes capitalistas e serviços da burguesia no Congresso Nacional pretendem acabar com o reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito aos

critérios de aposentadoria.

Não pretendemos desconhecer que o sistema previdenciário vigente não corresponde às reais necessidades dos trabalhadores, homens e mulheres. Milhões continuam passando privações na velhice, recebendo um mísero salário mínimo. Milhões não conseguem se aposentar, e dependem do Benefício de Prestação Continuada e de pensões. Entre esses milhões, está uma imensa quantidade de mulheres, que são arrimo de família.

A reforma da Previdência é parte de um conjunto de reformas antioperárias. Temer desencadeou um processo de destruição de direitos trabalhistas, sedimentado desde os anos de 1940. Lembremos que a ditadura militar desferiu duros golpes em importantes conquistas da classe operária, a exemplo da quebra da estabilidade do emprego. Desde aí, a burguesia insistiu constantemente no objetivo de desfigurar a CLT. Coube a Temer impor a mais violenta reforma trabalhista e, como parte dela, a terceirização. Está nas mãos, agora, de Bolsonaro a meta de liquidar o sistema da Previdência, sob a responsabilidade do Estado, substituindo-o por um regime de capitalização individual. Em todos esses casos, a mulher trabalhadora é ainda mais sacrificada.

Na realidade, as reformas antioperárias são ajustes que a bur-

guesia e seus governos fazem para responder à contradição entre o capital e o trabalho. A crise econômica se converte em destruição de postos de trabalho, elevação das taxas de desemprego e subemprego, e agigantamento do exército de desocupados. Os capitalistas se veem diante da necessidade de proteger seus lucros, reduzindo o valor da força de trabalho, de um lado; e, de outro, recorrendo a ajustes fiscais e financeiros que permitam garantir a continuidade do parasitismo das frações mais poderosas que dominam o poder do Estado. A destruição de direitos diminui os encargos que recaem sobre o valor da força de trabalho, de um lado; e reduz o seu peso no orçamento da União, de outro. Está aí por que o capitalismo em desintegração mundial obriga a burguesia a impor as contrarreformas, que chamamos de reformas antioperárias. Esse movimento retrógrado dos capitalistas contra as massas potencia as mais variadas formas de opressão, entre elas a que sofrem as mulheres trabalhadoras.

Não se pode ignorar ou amenizar o fato de que o capitalismo impulsionou a barbárie social, nos últimos tempos. O desemprego, o subemprego e os minguados salários proliferam a crescente miséria. As condições sociais putrefatas são o semeiro de todo tipo de violência que degrada a humanidade. O retorno das formas mais odiosas do

racismo, das discriminações sexuais e da prepotência do homem sobre a mulher deitam suas raízes nesse semeiro. Diariamente, assistimos a violência contra os imigrantes, que não poupa homens, mulheres, velhos e crianças. Assistimos a formação de hordas de sem-teto, de moradores de rua e pedintes, que arrasta homens, mulheres, velhos e crianças. Assistimos a desagregação de contingente inteiro da juventude trabalhadora, que é arrastada para a criminalidade, que não poupa homens e mulheres. Eis por que a burguesia não tem conseguido, apesar de aprovar leis rígidas, conter a prostituição, tráfico e assassinato de mulheres. O recrudesimento da violência sobre a mulher, em todo o mundo, é expressão e parte do impulso à barbárie.

Essas condições trágicas se chocam com as explicações, respostas, bandeiras e movimentos da pequena burguesia, que desconhecem e rejeitam a tese marxista de que o domínio milenar do homem sobre a mulher é de classe. Há algum tempo, pelo menos desde os anos 1970, proliferaram e se reforçaram as pseudo-teorias sobre gênero e machismo. Os mais radicais chegam ao extremo de negar a luta de classe, e substituí-la por uma guerra entre homens e mulheres. Não faltam correntes de esquerda que procuram conciliar essa pseudo-teoria com a luta de classes. Nesse mesmo terreno, os reformistas fazem o proselitismo em torno a soluções que partem do Estado burguês, como legislação rigorosa, dureza na punição, e programa de educação.

O fracasso dessa política burguesa e pequeno-burguesa se passa em toda a parte, mesmo nos países de capitalismo mais avançado. Nossa experiência, no Brasil, é definitiva. Não há reforma possível no capitalismo que estanque a marcha da barbárie. É necessário que as mulheres com consciência de classe se coloquem pelo programa e pela política do proletariado de emancipação da mulher. Emancipação essa que implica a total mudança de sua condição de escrava da família. Certamente, essa luta passará por inúmeras etapas de choque das massas femininas trabalhadoras com as condições de exploração a que estão submetidas. É o que estamos vivendo, nesse exato momento, com a reforma da Pre-

vidência que sacrifica ainda mais a mulher que exerce a dupla jornada de trabalho, que é arrimo de família, que recebe salários menores, e que acorda todos os dias sobressaltada pela fome dos filhos, perigo do tráfico, das drogas e da polícia assassina.

O ataque abrangente dos capitalistas e governos às massas exploradas põe à luz do dia que as opressões têm suas raízes na divisão de classe, na exploração do trabalho e na polarização entre a riqueza da minoria e a vasta pobreza e miséria da maioria. Não se pode combater seriamente nenhuma de suas manifestações sem dirigir o combate ao capitalismo e marchar na defesa da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, por uma sociedade socialista.

A classe operária tem de tomar em suas mãos o programa de emancipação da mulher e de extinção de toda forma de discriminação, como parte do programa da revolução proletária. As mulheres e homens com consciência de classe devem partir do reconhecimento de que, sem que o proletariado esteja à frente das respostas às opressões, não apenas não se avançará na luta pela

A classe operária tem de tomar em suas mãos o programa de emancipação da mulher e de extinção de toda forma de discriminação, como parte do programa da revolução proletária.

emancipação da mulher, como também se perderão as pequenas conquistas. A tendência da crise capitalista é de alinhar a burguesia em torno a governos direitistas, conservadores e pró-imperialistas. A limitação do movimento das mulheres contra a violência crescente e as discriminações se encontra na sua base social de classe média. O que incentiva as ilusões nas reformas capitalistas. A classe operária ainda não despertou para o problema histórico da opressão sobre a mulher, e para as condições presentes de brutal exploração e violência. E, consequentemente, as mulheres proletárias ainda não despertaram para o programa de sua emancipação. Isso se deve a que a classe operária se encontra sob o controle da burocracia pró-capitalista. O movimento feminista da pequena burguesia, assim, acaba por refletir, deformadamente, a luta emancipadora da mulher.

A crise de direção revolucionária se levanta como o principal obstáculo para o movimento das mulheres dar um salto à frente. Diz respeito à ausência de um partido revolucionário constituído no seio da classe operária. As correntes que desviam a vanguarda militante do programa da revolução proletária e obscurecem a compreensão de classe da opressão sobre a mulher – e de toda opressão – retardam a construção do partido marxista-leninista-trotskista. Há que se travar uma luta sistemática no interior dos sindicatos e movimentos pelas reivindicações que levam os explorados a se chocar com a burguesia e abrir caminho para a construção do partido.

Neste 8 de março, as manifestações devem empunhar a bandeira de “Abaixo a reforma da Previdência de Bolsonaro-Guedes”, erguer as reivindicações de proteção às mulheres trabalhadoras e exigir que as centrais sindicais se coloquem pela organização da greve geral. Que rompam com a política de conciliação de classes. Que convoquem as assembleias para aprovar um plano geral de reivindicações de defesa da vida dos oprimidos. Que as assembleias e movimentos constituam os comitês de frente única de luta. Que trabalhem por uma frente única anti-imperialista.

Ceará

Poucos meses do Governo Camilo Santana: repressão, cortes e aumento de impostos

Os primeiros 2 meses do segundo mandato de Camilo Santana (PT/PDT) foram marcados pela manutenção da política de cortes de gastos, crise na segurança pública e aumento de impostos.

O segundo governo Camilo, tal como o primeiro, é resultado da aliança PT/PDT; isto é, do acordo eleitoral entre o reformismo e o clã dos Ferreira Gomes, seu principal ponto de apoio. Contudo, congrega atualmente 23 partidos na base do governo (PT, PDT, MDB, PC do B, Patriotas, Avante, PSB, PR, PSD, PTB, DEM, PPS, PRP, PV, PMN, PPL, PRTB, PMB, PHS, SD, PSC, PRB e PP). Com uma esmagadora maioria na Assembleia Legislativa, conseguiu, não só eleger José Sarto (PDT) para a presidência do legislativo, e com ele praticamente toda a mesa diretora, mas manter fraca a oposição formada por partidos como PROS, PSDB, PSOL e PSL.

Já no discurso de posse, disse que cortar gastos “é estilo de governar” e prometeu crescimento de receitas de R\$ 6 bilhões e redução de despesas da ordem de R\$ 1,6 bilhão. Os cortes no número de secretarias, cargos comissionados, etc. foram seguidos de um duro ataque aos funcionalismo, com a aprovação da reforma da Previdência estadual, ainda em novembro de 2018, que estabeleceu que nenhum servidor poderá se aposentar com proventos acima do teto do INSS (R\$ 5.531,31), a não ser em caso de Previdência completar ou privada.

Na segurança pública, o governo do estado tem operado uma guinada à direita, aproximando-se das posições defendidas pelo governo Bolsonaro, elogiado publicamente pelo governador por agir na área da segurança, onde “*todos os governos que passaram, inclusive do meu partido, foram omissos*”. A tese advogada por Camilo é a de que a violência que atinge as classes médias deve ser resolvida com repressão brutal. Ainda em janeiro, explodiu a crise na segurança pública estadual, com o conflito entre as facções criminosas (PCC, CV e GDE) e o governo estadual, em torno das mudanças no sistema penitenciário. O governador convocou, às pressas, sessão do le-

gislativo para aprovar pacote financeiro de combate ao crime (que contou até mesmo com voto do PSOL), e socorreu-se do Governo Federal, que enviou efetivos de mais de 400 homens da Força Nacional de Segurança para conter a onda de ataques a ônibus, bancos e comércios. O conflito terminou com a derrota das facções, mais de 460 presos e o fim dos ataques. O governo cantou vitória, porém, sabe, no seu íntimo, que as forças da desagregação social e da barbárie (alimentadas pela crise capitalista) logo voltarão a jorrar, na forma de maior impulso ao tráfico e à mortandade nos bairros proletários, uma vez que é incapaz de assegurar emprego e vida digna aos explorados. O fortalecimento do aparato repressivo, por sua vez, voltar-se-á contra os oprimidos e suas lutas.

Do ponto de vista econômico, os dados do cadastro geral de empregados e desempregados do Ministério da Economia (segundo Diário do Nordeste, de 02/03) mostram que os efeitos da crise ainda permanecem no estado. O Ceará terminou o mês de janeiro/2019 com 4.982 empregos formais a menos no comércio (2.921); construção civil (1.031) e indústria (619). Em 65% das 184 cidades do estado, os postos de trabalho fecharam mais do que abriram. Ao mesmo tempo, o governo do estado prepara uma alta de 112% nos já caros serviços da Cagece (companhia de água e esgoto) a partir de 24/03, o que penaliza ainda mais o proletariado no estado.

As lições extraídas dos fatos indicam que é preciso despertar os trabalhadores, igualmente, para a luta contra as odiadas medidas tomadas pelo governo Camilo. As direções reformistas (PT) e estalinistas (PC do B) do movimento sindical, que levantam a voz contra Bolsonaro e suas malditas reformas, omitem e desviam a atenção dos explorados para os ataques que vêm sendo feitos pelo governo burguês e antipopular de Camilo Santana. A luta pela independência de classe dos oprimidos passa pelo combate sem tréguas aos governos burgueses de todos os tipos, tanto os de caráter policial-militar, quanto os “democráticos” que usam a máscara do reformismo.

Pernambuco

Plenária na UFPE lança candidatura coletiva para a Reitoria

No dia 27 de fevereiro, foi realizada uma plenária na UFPE, que aprovou o lançamento de uma candidatura coletiva para a Reitoria 2019-2023. Constituiu-se uma frente que integra estudantes, professores e técnico-administrativos, trata-se de uma continuidade dos que já se juntaram nas ocupações e comando unificado de greve de 2016. A plenária aprovou uma candidatura de dois professores independentes que cumprem os critérios para serem candidatos (ter dois anos de gestão e ser doutor), mas também nomes de estudantes da graduação, pós-graduação e técnicos, mostrando que as três categorias deveriam participar do poder na universidade.

No manifesto de convocatória coloca-se a necessidade de uma candidatura que enfrente o governo ultraliberal, obscurantista e

militar-policial.

Mostra que os ataques à universidade não são recentes e destaca como já vem se manifestando na UFPE.

“Na UFPE, já podemos perceber essa tendência. Os últimos anos têm sido marcados pela falta de diálogo e por ataques da reitoria de Anísio e Florisbela às três categorias. Os estudantes sofrem com um brutal corte na assistência estudantil, que tem levado ao aumento da evasão. Aqueles que ousaram lutar contra isso, nas ocupações de 2016, foram processados e até suspensos. Os técnico-administrativos enfrentam a desvalorização de seu trabalho, com a implementação do ponto-eletrônico e a retirada da jornada de 30 horas, fundamental para melhores condições de trabalho, mas também para um atendimento integral ao público em todos os turnos. Para os professores, a resolução aprovada de alocação de vagas, e a

proposta apresentada de nova regulação do trabalho docente, objetivam o aumento da pressão sobre o fazer docente, tendo como método a competição entre pares e, como efeito, as discriminações, uma clara adaptação ao cenário de cortes da EC95. Paralelamente a isso, recrudesce a repressão interna, com a militarização do campus e o fortalecimento do serviço de inteligência. A criação açodada do campus de Goiana, enquanto centros já existentes sofrem com a falta de condições de mínimas de funcionamento, e a expansão pouco refletida de um Ensino a Distância precarizado, completam o quadro de subserviência ao Governo Federal, seja nas mãos de quem esteja”.

A Corrente Proletária na Educação/POR está intervindo nas plenárias, onde participam também militantes do PSOL e PCB. Distribuímos um boletim com o título: “Fazer da eleição para a reitoria uma trincheira na luta contra os ataques de Bolsonaro”. Dêmos ênfase à questão da autonomia e democracia universitária para nos diferenciarmos de visões idealizadas sobre o papel da universidade sob o capitalismo.

Publicamos aqui alguns trechos.

“Em breve, será divulgado na UFPE o calendário para a consulta para a escolha do novo reitor de 2019 a 2023. A conjuntura é tenebrosa. Acumulamos a formatação antidemocrática herdada da ditadura militar, pouco alterada. E os alinhamentos com o imperialismo que assumiram várias configurações: acordo MEC-USAID, na ditadura; e as várias modalidades privatistas e antiautonomistas que acompanharam os governos de FHC, Lula e Dilma. Há uma continuidade entre elas: houve a abertura do mercado da educação para o capital financeiro, a expansão das matrículas, sobretudo

no setor privado, a implantação e expansão do Ensino a Distância no setor público e privado, um quadro de cortes orçamentários, com raros momentos de exceção e a crescente ingerência do Estado por meio das avaliações ranqueadoras, e o estímulo crescente para que os docentes sejam captadores de recursos seja via editais ou subordinação às empresas.

Essas medidas foram radicalizadas com o governo de ditadura civil de Michel Temer. Foi aprovada a brutal reforma trabalhista e a lei da terceirização. Há cada vez mais ambiente para que haja a substituição de concursados por terceirizados. Isso já é realidade entre os técnicos, como se vê, sobretudo na segurança e limpeza. No Hospital Universitário, a EBSEH (uma modalidade de privatização) já fornece mão-de-obra. E, desde 2014, a CAPES já vem tratando da possibilidade de contratação de docentes terceirizados. O ambiente legal agora é propício. A aprovação da Reforma do Ensino Médio e BNCC traz grandes alterações nas licenciaturas. Haverá um estreitamento do campo profissional com a concentração das disciplinas em áreas do conhecimento. E o conteúdo da BNCC é imposto aos programas de residência pedagógica (que substituem os estágios), com seus vetos à discussão sobre “orientação sexual e gênero” e a padronização encomendada pelas corporações fornecedoras de apostilas e pacotes de gestão. Por cima de todos esses ataques, está a aprovação da Emenda Constitucional (EC) 95, que, em sua tramitação como PEC 241 (na Câmara) e PEC 55 (no Senado), recebeu o nome de PEC da Morte, pois, congela as despesas primárias por 20 anos, arrochando o orçamento da educação e saúde, por exemplo. Orçamento já mutilado pelos sucessivos “ajustes fiscais”, desde 2015.

O governo de Bolsonaro dá continuidade às medidas encomendadas pelo imperialismo, com um grau de alinhamento ainda maior. Afirma que materializará a proposta do Banco Mundial, de cobrar mensalidades no ensino superior. Seu ministro da Economia, Paulo Guedes, propõe desvincular totalmente o orçamento, quebrando qualquer destinação obrigatória para a saúde. Prometem generalizar a terceirização e a su-

bordinação das pesquisas aos interesses mercadológicos. Junto com todos esses profundos ataques, querem calar a vanguarda que resiste e luta, com mecanismos como a “Escola sem Partido”. A sustentação do governo está condicionada à sua capacidade de impor a Reforma da Previdência, ainda mais dura do que a proposta de Temer. Ou seja, se Bolsonaro conseguir aprovar a Reforma da Previdência exigida pelo imperialismo, não terá problemas com as denúncias de corrupção e envolvimento com as milícias. Se tiver sucesso nesse ataque, sua marcha obscurantista e privatista terá forças redobradas. O inverso também é verdadeiro. Erguer um movimento unitário para combater a destruição da previdência pública também nos fortalecerá para barrar os novos ataques e revogar os anteriores. Para isso, é fundamental erguer os comitês de luta com o objetivo de construir a greve geral. A UFPE não pode ficar fora disso.

[...] Quando se trata de autonomia, é preciso questionar: De quem? Perante o que? O que temos hoje é a autonomia da burocracia universitária de fazer seus negócios no comando das universidades. A administração superior não representa a comunidade, se descola dela. Por ser minoritária, tende a agir de forma autoritária. Seu poder não vem de baixo para cima, mas sim de cima para baixo. Vem do Estado burguês. Por isso, sua condução leva à submissão ao que é ditado pelas empresas e o Estado, sobretudo o Executivo. O que é necessário é erguer a defesa da autonomia perante a burguesia, seu Estado e as Igrejas. A defesa da autonomia está, portanto, relacionada com a luta de classes. Com a disputa entre classes

A defesa da autonomia está, portanto, relacionada com a luta de classes. Com a disputa entre classes antagônicas, a burguesia e o proletariado, pela direção dos rumos da universidade.

antagônicas, a burguesia e o proletariado, pela direção dos rumos da universidade.

A classe operária, porém, está praticamente ausente da universidade. A composição social da comunidade universitária é predominantemente pequeno-burguesa. Isso não impede, porém, que defendamos as ideias proletárias em seu interior. Dentre as categorias que compõem a instituição, são os estudantes que têm mais condições de se ligar aos interesses gerais dos oprimidos e explorados. É nesse ponto que reside a importância do poder estudantil.

Pelo co-governo tripartite com soberania da Assembleia Geral Universitária

O poder na universidade é concentrado em uma casta docente, cimentada por meio de interesses materiais e carreiristas. Seu funcionamento é profundamente antidemocrático. Mesmo com o fim da ditadura militar, se manteve a prerrogativa do Executivo escolher o reitor. O que o governo FHC definiu foi a elaboração de uma lista tríplice, elaborada pelo Conselho Superior da instituição. Para formar a lista tríplice, em geral, é organizada uma consulta à comunidade universitária. Nessa consulta, a maioria das instituições aplica o voto paritário, em que há a equiparação do conjunto de professores, de técnicos e estudantes. Como os docentes são a categoria minoritária, esse tipo de voto majora o peso dessa categoria. Conforme os dados de 2016 da UFPE, há uma relação de 14 estudantes para cada professor, sendo assim, por este critério, é preciso juntar 14 estudantes para que haja a equivalência com o voto de um professor. Mas, a ofensiva do Estado é para que o peso do voto docente seja ainda superior, mais especificamente, de 70%. Isso eleva a soma de cerca de 65 estudantes para equivaler ao voto de um professor. Tal medida é nitidamente antidemocrática. É preciso defender o voto universal. Em que cada cabeça corresponde a um voto.

Mas não é suficiente reformar essa consulta. É preciso defender o fim da

lista triplíce. Que o processo se inicie e se encerre na própria universidade. Mais do que isso, é preciso questionar por que o poder deve ficar concentrado na categoria docente? Por que deve ser concentrado na figura do reitor? É preciso confrontar esta estrutura burocrática. Por isso, defendemos o fim do reitorado e a defesa de um co-governo de estudantes, professores e técnico-administrativos. Um governo subordinado à Assembleia Geral Universitária, que deve ser convocada com regularidade e deve pautar a definição dos rumos da Universidade. A forma assembleária, não apenas garante a democracia, mas também que se tenha a força social necessária para garantir a execução de suas deliberações. Uma real autonomia da Universidade perante a burguesia e seu Estado implica em um funcionamento realmente democrático.

Nas lutas da UFPE, há um histórico de tentativas de democratizar a Universidade. Estabeleceu-se, por exemplo, uma resolução para tentar evitar que a presidência da República nomeie um candidato menos votado. Assim, a candidatura com mais votos em uma consulta com o voto paritário define a sua própria lista triplíce no Conselho Universitário. Outra tentativa foi um processo estatuinte que definiu a paridade nos conselhos da universidade. O reitor Anísio desconsiderou esta estatuinte, mas o Centro de Educação efetivou um conselho experimental paritário. Defendemos que o novo estatuto fosse homologado, mas não confundimos as nossas reivindicações de democracia efetiva com a paridade na consulta e conselhos.

Que candidatura é necessária?

Militantes do movimento estudantil, docente e de técnico-adminis-

trativos têm buscado impulsionar uma candidatura coletiva à reitoria, que se coloque como expressão das lutas e defenda um poder compartilhado entre as três categorias. O esforço é o de ter, além dos nomes docentes da candidatura oficial (atendendo aos critérios de ser doutor e ter ao menos dois anos de experiência de gestão), os de técnicos e estudantes. Somamo-nos a esse esforço, mas não com a ilusão de que a mera presença de estudantes e técnicos na candidatura já expressa um governo dos três segmentos. Reafirmamos a importância de que a universidade tenha um governo tripartite, subordinado à Assembleia geral Universitária. Esse é o sentido que damos à candidatura coletiva.

O momento eleitoral deve ser aproveitado como uma tribuna para defender a construção de um movimento unitário contra a reforma da Previdência, os ataques à educação, as restrições ao acesso e permanência estudantil, e piora nas condições de trabalho de técnicos e docentes. Para nós, da Corrente Proletária da Educação, trata-se de mais um espaço para propagandar que a crise da educação corresponde à decomposição dos sistema capitalista que, de crise em crise, arrasta a humanidade para a barbárie social.

Mais do que ter uma candidatura enquadrada nos critérios para gerir a UFPE nesse contexto de crise, a proposta é de erguer mais uma trincheira no combate ao governo militarista, obscurantista e ultraliberal de Bolsonaro. E reforçar que uma nova Universidade será fruto de uma nova sociedade, fruto da transformação revolucionária da propriedade privada capitalista em propriedade social."

O avanço das escolas militares no Brasil

A cada dia que passa fica, mais marcante o crescimento da militarização da política no governo Bolsonaro. Sua composição ministerial, com uma coluna vertebral de generais, mostra isso claramente. O primeiro ministro a cair, Gustavo Bebianno, foi substituído por mais um general, Floriano Peixoto. Trata-se de um governo militarista, fascizante e francamente pró-imperialista. Seu alinhamento com o governo estadunidense de Trump, aproximação com o estado de Israel, pressão sobre a Venezuela etc., evidenciam esse caráter. O governo Bolsonaro se apoia na frente financista e privatizante, encabeçada por Guedes, e na frente ideológica, através dos ministérios da Mulher, Família e Direitos Humanos e da educação, sob o comando de Ricardo Vélez, um discípulo do impostor Olavo de Carvalho. No caso do MEC, além de seu claro viés ideológico,

sificação dizendo que o governo Temer e Bolsonaro surgiram como salvadores do país.

A partir dessa falsificação, outras são elaboradas. Uma delas diz que os problemas da educação brasileira são fruto da falta de disciplina dos alunos, falta de respeito aos professores e falta de método das escolas. Como uma verdadeira panaceia, as escolas militares são apresentadas pelo ministro Vélez como forma de resolver esses problemas.

Corte de cabelo padronizado para os meninos, proibição de cabelo solto para as meninas, uniforme militarmente alinhado, proibição de contato físico, juramento diário à bandeira, filas para entrar e sair das salas, posição de sentido ao receber o professor, aulas de educação moral e cívica, aluno que ganha medalha por

bom comportamento e vira "capitão da turma", são algumas das aberrações mais visíveis, numa escola sob o comando da PM ou das Forças Armadas. Mas, existem as aberrações que não são perceptíveis, numa primeira olhada.

(...) estas políticas no campo educacional estão em total alinhamento com as diretrizes mais gerais do governo. E é justamente por isso que o movimento para barrar o avanço da militarização da educação não pode partir apenas dos estudantes e professores.

crece o apoio ao militarismo através da criação e da propaganda às escolas militares. Só de 2015 para cá, o número dessas escolas cresceu cerca 25% no país.

O governo Bolsonaro é de continuidade da ditadura civil de Temer. Sua política de enxugamento do Estado e de privatizações, aprovação das leis antinacionais e antipopulares, como a reforma da Previdência, indicam a obediência à burguesia, que exige despejar a crise sobre as costas dos explorados.

O processo de avanço do conservadorismo, direitização e recrudescimento da política policial está intimamente ligado à crise econômica mundial e seus efeitos no Brasil. Evidentemente, essa explicação é falseada pela mídia burguesa, que aponta a crise como sendo uma responsabilidade do petismo, e complementam sua fal-

O governo usa o frágil argumento de que os resultados são positivos. Ao dizer isso, mostra o desconhecimento dos índices avaliados, da superseleção feita por muitas dessas escolas para escolher os estudantes (seja através do ingresso, seja através das expulsões dos "indesejáveis"), além do trabalho pedagógico, voltado a cumprir justamente um currículo baseado nos índices. Em uma palavra, os alunos são treinados para resolver os exames que determinam os índices. Por outro lado, ataca-se a indisciplina, através do medo e da violência. Com policiais portando arma no coldre, ameaças de punições diárias, expulsões, gritos, etc., a escola "resolve" o problema da disciplina através do terror. De qualquer forma, mesmo parte da mídia burguesa tem apontado (usando resultados do ENEM como índice) a falácia dos resultados melhores. As esco-

las estaduais da PM ficam abaixo da média das escolas particulares e das federais, além de ficar abaixo de outras centenas de escolas estaduais comuns.

Outro argumento, normalmente usado pelo governo e apoiadores desse modelo, é de que parte das famílias apoia a mudança nas escolas. Novamente, salta aos olhos a fragilidade do argumento.

A escolha dos colégios se dá, entre outros fatores, ao baixo índice de desenvolvimento humano e criminalidade do bairro. Ou seja, a aceitação de parte das famílias e os problemas sociais que envolvem as escolas escolhidas são frutos da decomposição capitalista, da barbárie que se instala de forma mais marcante nas periferias dos centros urbanos. O desespero de muitas mães e pais faz com que acreditem que será através da disciplina militar que evitarão a desgraça em suas vidas. Não percebem que parte dessa desgraça, imposta pelo capitalismo e seus governos, chega até suas portas, justamente através da violência da mesma polícia militar que, agora, quer “educar” seus filhos. O afronte é gritante: obriga-se a juventude pobre a ter aulas com os sujeitos que, fora dos muros da escola, mata, violenta, prende e tortura essa mesma juventude.

Até 2015, eram 93 escolas; em 2018, já eram 120, em 22 estados. O estado do PR tem 4 escolas militarizadas; Goiás, sob o comando do PSDB, foi o primeiro estado, e aquele que foi mais longe

nessa política, com quase metade do total nacional. Neste ano, o DF inaugurou mais quatro escolas com gestão compartilhada entre PMs e pedagogos. Elas estão servindo de propaganda para Bolsonaro impulsionar a criação de outras. Espera-se que, até 2022, o Brasil tenha mais de 200 escolas militarizadas.

É fundamental que percebamos o movimento da política educacional de conjunto com a política geral do governo. O ministro Vêlez, que enviou carta para todas as escolas brasileiras filmarem seus alunos cantando o hino nacional e lendo o lema bolsonarista, “Brasil acima de tudo, deus acima de todos”, também tem impulsionado o projeto Escola Sem Partido e o ensino domiciliar. Ampliam-se a censura e a segregação nas escolas. Um conjunto de políticas reacionárias, que visam a massacrar ainda mais a juventude e a vanguarda que luta nas escolas.

Essa política no campo educacional está em total alinhamento com as diretrizes mais gerais do governo. E é justamente por isso que o movimento para barrar o avanço da militarização da educação não pode partir apenas dos estudantes e professores. A política bolsonarista impõe que a classe operária e demais explorados se levantem num movimento unificado para barrar a reforma da Previdência, as privatizações e a militarização da política. As escolas militares fazem parte desse conjunto de ataques aos explorados.

Rio Grande do Norte

LANÇAMENTO DA REVISTA EM NATAL/RN

No dia 23/02, foi realizado o lançamento da Revista Proletária da Educação. Houve três exposições, e, posteriormente, um debate sobre aspectos da Reforma do Ensino médio, e as tarefas do movimento estudantil em defesa da educação pública.

O primeiro expositor destacou a relação da Reforma do Ensino Médio com os interesses do capital financeiro de valorização de capital, por meio da mercantilização do ensino, que se dá, principalmente, por meio de venda de materiais didáticos e programas de gestão. Além disso, colocou o papel das direções reformistas e centristas, que têm travado a luta contra a destruição do ensino público, luta essa que passa pela defesa da expropriação sem indenização do ensino privado, e a vinculação do ensino com a produção social, além da constituição de comitês para organizar as massas pelas reivindicações.

O segundo expositor relacionou a Reforma do Ensino Médio com o caráter do governo ditatorial de Bolsonaro, baseado num tripé: ultraliberalismo, obscurantismo e militarismo. O elemento ultraliberal é dado pela necessidade de corte de gastos para o pagamento da dívida pública, e a entrega do ensino para o setor privado, materializado, por exemplo, pela nova BNCC, que enxuga o currículo, e a gestão privada nas escolas. O segundo elemento, o obscurantismo, é expresso, principalmente, através do Projeto “Escola sem Partido”, que pressupõe uma suposta ideologização marxista nas escolas, e conclui com métodos de perseguição e delação aos professores. O militarismo tem relação com as tendências de militarização das escolas como forma de repressão à juventude, e contenção das contradições sociais pela força policial.

O terceiro expositor deu maior destaque para a crítica ao modelo de Escola de Tempo Integral (ETI), que vem expandindo-se nos estados, como uma falsa solução aos problemas do ensino público. Em primeiro lugar e como principal fator, seu

fracasso já está predeterminado pelo caráter de decomposição da estrutura econômica capitalista, que repercute na superestrutura educacional, impossibilitando a real ligação entre teoria e prática. Em segundo lugar, porque, em regra geral, sequer garante a estrutura básica nas escolas, que incluiria quadras, laboratórios, bibliotecas, etc. Algumas escolas, eleitas como modelo, não conseguem reverter os índices gerais, que expressam um rebaixamento do nível de aprendizado. A ETI se caracteriza por ser um modelo discriminatório, seletivo, pois, exclui os jovens que precisam, ao mesmo tempo, trabalhar e estudar, que, por sua vez, acabam tendo de buscar escolas de tempo parcial, em bairros distantes de onde mora, e que, geralmente, são as mais sucateadas. Além disso, vem como uma imposição à comunidade, sem poder de decisão dos estudantes e pais.

Após as exposições, os presentes destacaram a importância da revista como arma teórica para a inserção do partido no seio das massas, como forma de melhor compreender as particularidades do setor da educação básica para, partindo das necessidades mais imediatas da comunidade escolar, organizar os explorados por meio de suas reivindicações. Além disso, é material fundamental para a formação dos quadros marxistas.

Em seguida, relacionou-se a Reforma do Ensino Médio com as demais reformas dos governos Temer e Bolsonaro, como instrumentos para a imposição dos interesses do capital financeiro sobre a semicolônia. Coube destaque para a atual proposta da Reforma da Previdência que, embora não muito diferente da de Temer, conta nesse momento com uma maior pressão do capital financeiro para que seja aprovada ainda este ano. Diante disso, colocou-se a necessidade de organizar uma luta unitária contra as reformas em seu conjunto, que passa pela constituição de uma Frente Única Anti-imperialista.

Nesta edição:

- **Venezuela:** Fracassa a intervenção de Trump-Guaidó
- **Colômbia:** Assassinato de lideranças e ataques às condições de vida das massas sob o governo “defensor” da democracia venezuelana
- Aprovada a nova Constituição de **Cuba**
- Boletim do Comitê de Enlace expressa as tendências de desintegração do capitalismo
- **Argentina:** Não serão os votos, nem leis, nem deputados, nem constituintes que resolverão o desastre provocado por Macri

**Declaração do Partido Operário Revolucionário**

Fracassa a intervenção de Trump-Guaidó na Venezuela Só a classe operária organizada pode impor a derrota ao imperialismo

24 de fevereiro de 2019

Trump, Guaidó, Duque, Piñera e a OEA esperavam que a campanha de “ajuda humanitária” à Venezuela resultasse, no dia 23 de fevereiro, em um grande acontecimento, que abalasse o governo Maduro e impulsione a oposição pró-imperialista rumo ao poder. O comboio da suposta “ajuda humanitária” não teve como quebrar a barreira nas fronteiras da Colômbia e do Brasil. O chamado de Guaidó aos militares para que desertassem e a convocação de seus apoiadores a inviabilizarem o fechamento das fronteiras não foram acatados. A cena que apresentou alguns soldados desertores não passou de uma amostra patética. É bom lembrar que, durante um bom tempo, Trump-Guaidó chantagearam as Forças Armadas com uma “anistia”. Essa oferta, que leva à divisão e à traição ao País, não serviu para que o comboio entrasse na Venezuela, e se guiasse triunfante até Caracas.

A arregimentação das massas para criar uma comoção nas fronteiras, por sua vez, resultou apenas em um insignificante conglomerado de manifestantes. De fato, o conflito se concentrou na fronteira com a Colômbia, em Cúcuta e Ureña. O governo colombiano, Iván Duque, comandou o espetáculo da “ajuda humanitária”. O governo brasileiro, Jair Bolsonaro, apoiou o plano de Trump, mas evitou tomar a frente.

Na véspera da provocação à Venezuela, promoveu-se um show, com artistas internacionais, financiado pelo bilionário inglês, Richard Branson. Lá compareceram de mãos dadas Duque, Guaidó e Piñera. A tríade servil de Trump procurou dar um ar de pacifismo e alegria. Trouxe-nos a antiga imagem de pão e circo.

Detalhe como esse se ressalta quando se observa a impostura dos invasores da Venezuela, sob a bandeira da “paz”, “democracia”, “Constituição” e “reunificação” do povo. Segundo os Estados Unidos, a entrada dos comboios pelas fronteiras da Colômbia e do Brasil não representava violação da soberania da Venezuela, uma vez que Guaidó se autoproclamou presidente, e foi reconhecido por uma porção de países. Trata-se de uma fraude, que mostra o quanto o imperialismo norte-americano pode pisotear e vem pisoteando o seu próprio ordenamento internacional.

Se Guaidó tivesse capacidade para se impor como presidente, apoiado inteiramente nas forças internas, não precisava se escorar nos ultimatos dados pelos Estados Unidos a Maduro, para que deixe o governo. Guaidó não passa de uma peça movida pela política de Trump e pelos interesses econômicos dos Esta-

dos Unidos sobre a Venezuela e a toda América Latina.

É visível o atentado à soberania da Venezuela. Somente o povo venezuelano pode derrubar o governo de Maduro, seja lá qual for o meio. A oposição burguesa não tem conseguido cumprir esse objetivo, mesmo com o auxílio externo. A “ajuda humanitária” de Trump e seus aliados é uma máscara para ocultar o intervencionismo direto dos Estados Unidos. É um alibi para criar um confronto entre a Venezuela e seus vizinhos. A movimentação deste 23 de fevereiro resultou concretamente na violação da fronteira da Venezuela pela Colômbia, que não age por conta própria. O que quer dizer que o próprio povo colombiano não está em choque com o povo venezuelano. A burguesia colombiana e seu governo atuam como instrumento de uma política formulada fora de seu país. A ausência da organização independente da classe operária colombiana tem permitido ao governo pró-imperialista mover-se livremente, segundo as diretrizes traçadas por Trump.

Os Estados Unidos montaram um cerco econômico-financeiro para sufocar a economia venezuelana. Obtiveram êxito, empurrando o país para uma profunda crise. A Venezuela foi mais ao fundo do poço que os demais países latino-americanos, golpeados de conjunto pela desintegração mundial do capitalismo, devido ao bloqueio imperialista. Suas forças produtivas, em boa parte dependente da indústria petrolífera, foram duramente atingidas.

A oposição, encabeçada no último período por Juan Guaidó, apoiou e se valeu dessa diretriz norte-americana e, assim, fortaleceu o movimento antinacional. Em boa parte, a divisão do País se deve à ação do imperialismo contra o governo nacional-reformista de Chávez-Maduro. Não há dúvida de que as contradições internas à própria burguesia venezuelana, e os choques de classes são fundamentais para o imperialismo incentivar e potenciar a divisão nacional. Também é importante, nesse sentido, verificar as disputas interburguesas entre os países latino-americanos. A Colômbia serve à política dos Estados Unidos contra o governo da Venezuela, não por amor a seu povo, mas pelos interesses próprios da burguesia.

Não houve alternativa a Maduro senão declarar o rompimento diplomático com a Colômbia. Não é a primeira vez, durante o governo chavista, que se eleva a temperatura entre os dois países. O nacionalismo burguês venezuelano não era e não é compatível com o governo colombiano, francamente pró-imperialista. Devi-

do à guerra contra as FARC e outras organizações guerrilheiras, o Estado colombiano passou a ser influenciado diretamente por Washington. É claro que a Colômbia se tornou uma base militar dos Estados Unidos.

O estabelecimento de relações do regime chavista com Cuba e a abertura de negócios com a China e Rússia contrariam os interesses norte-americanos. A Venezuela detém a maior reserva de petróleo do mundo, e outras fontes de riquezas minerais. A aproximação da Venezuela com a Rússia e a China, garantindo-lhes farto fornecimento de petróleo, está na contramão da guerra comercial promovida por Trump. Estão aí os principais motivos para Trump armar uma ofensiva para derrubar o governo nacionalista e colocar em seu lugar um governo títere, que, juntamente com a Colômbia, facilitaria o avanço da estratégia militarista norte-americana.

Todos dizem lutar pela paz e pela democracia. Parte das correntes de esquerda se pronunciou, diante do conflito de 23 de fevereiro, também pela paz. Essa bandeira é cínica. Há uma clara intenção dos Estados Unidos de alimentarem a divisão interna na Venezuela e convertê-la em golpe de Estado, que inclui a possibilidade de uma guerra civil. O fracasso da manobra em torno à “ajuda humanitária” não modifica o quadro interno da crise política e da decomposição do governo de Maduro. O imperialismo e seus capachos da OEA e do Grupo de Lima vão retomar os ataques com maior ferocidade e precisão.

Os noticiários acusaram Maduro de ter usado a violência contra manifestantes desarmados, e de ter orientado a queima de alimentos. Guaidó, ao lado do chefe da OEA e do presidente da Colômbia, se apresentou como um anjo de amor e fé ao povo venezuelano. No entanto, não tem como esconder que sua política vem servindo de canal à intervenção dos Estados Unidos.

O discurso inflamado de Maduro a milhares de partidários, no dia 23 de fevereiro, em Caracas, indicou que seu governo ainda tem uma vasta base social, e a fidelidade das Forças Armadas. Fez denúncias concretas e justas à farsa da “ajuda humanitária”, à traição de Guaidó, ao reacionarismo da oligarquia venezuelana, e ao servilismo do governo colombiano. Evitou atacar diretamente o governo brasileiro, fazendo uma crítica velada ao propor a compra dos alimentos em vez de receber esmolas. O seu anti-imperialismo inflamado, no entanto, não indicou o caminho da ruptura com o grande capital, que continua espoliando a Venezuela. Não indicou o caminho do armamento popular das massas como a via mais segura para responder a uma possível intervenção externa, e ao incentivo da reação à guerra civil.

Já não é possível a Maduro conter por muito tempo a sublevação da oposição e a ofensiva do imperialismo, sem a expropriação da grande propriedade dos meios de produção, estatização do capital financeiro, e implantação do monopólio do comércio exterior. O que exige o armamento popular, que é distinto das milícias estatais bolivarianas. Somente pela via revolucionária, o poder econômico interno e o imperialismo serão derrotados. As Forças Armadas são uma criatura da burguesia, servem incondicionalmente à sua ditadura de classe sobre a maioria oprimida. O regime chavista pôde contar com os militares precisamente porque não ameaçou a grande propriedade capitalista, não rompeu todos os laços com o imperialismo, e limitou o seu naciona-

lismo a interesses particulares da indústria petrolífera.

A crise mundial, iniciada em 2008, impossibilitou a continuidade de governos nacional-reformistas na América Latina. Hoje, os chavistas sequer podem contar com Evo Morales, um dos últimos herdeiros do ciclo político marcado pela ascensão do nacional-reformismo. A sobrevivência de Evo dependeu e depende de sua profunda adaptação aos ditames dos Estados Unidos. A derrubada do governo do PT, por meio de um golpe de Estado, e a eleição de um governo ultradireitista isolou completamente Maduro. Os Estados Unidos retomaram a rédea da política burguesa na América Latina. A tendência do próximo período é a de se manter o curso da direitização e da potenciação das tendências fascizantes. O nacionalismo chavista sobrevive a pão e água. Trump e aliados têm claro que vencerão mais cedo ou mais tarde. Terão, porém, de enfrentar a resistência dos explorados.

É importante não alimentar ilusão no fracasso de 23 de fevereiro, como sendo uma vitória duradoura do regime chavista. Por outro lado, não se deve minimizar o fato de que uma importante parcela do povo venezuelano se mantenha ao lado de Maduro. A chave do problema se encontra na classe operária, única classe revolucionária capaz de erguer uma frente anti-imperialista, que coloque a tarefa da completa independência nacional e da expropriação do grande capital, sob o programa dos Estados Uni-

dos Socialistas da América Latina. A sua desorganização e a ausência de independência político-programática favorecem o cerco imperialista e a conspiração contrarrevolucionária da oposição venezuelana. É preciso que a vanguarda eleve a sua consciência, rompa com o chavismo e se coloque pela construção do partido da revolução proletária.

A tarefa de defender a autodeterminação da Venezuela, opor-se à derrubada

do governo de Maduro pelas mãos do imperialismo e da oposição servil não é contraditória à tarefa de organizar a classe operária para tomar o poder do Estado e instituir um governo operário-camponês. Qualquer que seja a dependência ao governo de Maduro conduz à derrota diante das forças pró-imperialistas e contrarrevolucionárias. É preciso travar um combate consciente e disciplinado pela construção do partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado venezuelano, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista.

De nossa parte, no Brasil, trabalhamos pela derrocada do governo Bolsonaro, pró-imperialista e capacho dos Estados Unidos. Rechaçamos a presença do governo brasileiro na reunião do Grupo de Lima. Chamamos todas as forças que se colocam contra o governo ultradireitista e militarista de Bolsonaro, e que se colocam contra a intervenção dos Estados Unidos e aliados na Venezuela, a constituírem uma frente única anti-imperialista.

***Fora o imperialismo da Venezuela!
Fora o imperialismo da América Latina!
Pelo direito à autodeterminação
das nações oprimidas!
Organizar a frente única anti-imperialista!
Pelos Estados Unidos Socialistas
da América Latina!***



Guaidó testa a autoridade do governo Maduro



Não foi confirmada a possibilidade de Guaidó ser preso, caso voltasse à Venezuela. Chegou tranquilamente ao aeroporto de Caracas. Dirigiu-se à manifestação, que o esperava em Las Mercedes. No seu discurso contemporativo, agradeceu a guarida dos embaixadores de vários países, que foram recebê-lo no aeroporto, bem como o de um representante de Trump. Uma multidão arregimentada serviu de estofo e de escada para o títere do imperialismo bradar sobre a liberdade e a democracia na Venezuela. Aproveitou para mostrar o seu destemor diante de uma possível represália da justiça. Eufórico com os 700 militares que desertaram, número declarado em seu discurso, Guaidó indicou que obteve uma importante vitória. Mentindo ou não, mostrou-se confiante no crescente isolamento de Maduro diante das Forças Armadas e da maioria dos venezuelanos.

Diante do fato de ter desrespeitado a ordem judicial de não deixar o País, unir-se à aliança montada por Trump, tomar a frente das ações de 23 de fevereiro, que violavam as fronteiras venezuelanas, e percorrer vários países da América do Sul, fazendo campanha pela divisão das Forças Armadas e derrocada de Maduro, a volta de Guaidó expressou a fraqueza e falência do governo.

Especula-se se a tolerância de Maduro a essa manifestação de ousadia de Guaidó não é uma tática para, logo em seguida, processá-lo e prendê-lo. Mesmo que isso venha a ocorrer, trata-se de uma tática de quem está premido e perdendo terreno para o adversário.

A força de Guaidó é extraída, em grande medida, do apoio dos Estados Unidos, de países imperialistas da Europa e da esmagadora maioria dos governos latino-americanos. No entanto, o reconhecimento de Guaidó como presidente interino se deve ao processo de desintegração do chavismo e do deslocamento de um

grande contingente de explorados para a oposição. Esse deslocamento tende a crescer com a incapacidade do governo de conter a tendência de desintegração da economia, cujos impactos mais violentos recaem sobre os mais pobres.

Inicialmente, a oposição se apoiava quase que inteiramente na pequena burguesia. Essa base social tem servido de desaguiadouro do descontentamento de uma massa de trabalhadores, que não veem perspectiva no governo Maduro. A confluência da pequena burguesia com camadas operárias desiludidas com o nacionalismo burguês favorece o avanço da oposição, agora liderada por Guaidó, e o cerco montado pelos Estados Unidos à Venezuela.

Essas condições explicam a valentia de Guaidó em se autoproclamar governo paralelo, em servir de canal de intervenção aberta do imperialismo e em pisotear a soberania do País. Está aí por que nada que faça judicialmente Maduro para cercear o avanço de Guaidó terá efeito duradouro. A sua desembaraçada saída do País e a sua volta triunfal, depois do fracasso da “ajuda humanitária”, retratam a debilidade do governo.

Cumprir-se a lei histórica de que nenhum governo burguês, por mais que encarne o radicalismo nacionalista, tem como romper as cadeias do imperialismo. Acabará cedendo às pressões do capital financeiro, dos monopólios e da oligarquia agrária. A essência dessa lei está em que, por ser um governo burguês, respeita a grande propriedade e garante a continuidade da brutal exploração do trabalho. Essa mesma lei histórica coloca o proletariado como a classe revolucionária, que pode tomar o poder e, assim, impor ao imperialismo a independência da nação oprimida. Somente a revolução proletária varrerá Guaidó, expulsará os nacionalistas impotentes do poder do Estado e abrirá caminho para as transformações socialistas.

DIANTE DA VENEZUELA, É MARXISTA A POSIÇÃO DA LIT-QI E DO PSTU?

No documento “*Fora o Imperialismo da Venezuela! Fora Maduro! Nem Maduro, nem Guaidó!*”, de 14 de fevereiro, a LIT-QI – cuja seção no Brasil é o PSTU – afirma que as respostas diante da crise na Venezuela “vão marcar uma divisão de águas ao nível da esquerda mundial”. O termo “*esquerda mundial*” é bastante amplo. Mas a LIT refere-se às esquerdas reformistas, dando como exemplo apenas “o PT brasileiro”, “que se posicionam contra o imperialismo, mas defendem politicamente Maduro”. Diz que “a culpa pela atual situação do país é categoricamente do chavismo e da atual ditadura de Maduro”. E responsabiliza a “*esquerda reformista latino-americana ... pela inexistência de uma alternativa independente dos trabalhadores contra Maduro*”. Explica que essas esquerdas se ativeram à “*polarização entre o chavismo e o imperialismo, ignorando que são duas alternativas burguesas*”.

A identificação de que tanto o governo de Maduro quanto a oposição são alternativas burguesas leva a LIT-QI a se concentrar em dois eixos: “*Fora Maduro*” e “*Fora o imperialismo da Venezuela*”. E conclui: “*Somos contra aqueles que defendem Maduro, assim como*

somos contra aqueles que pressionam por uma ‘saída negociada’ com Maduro. Nós queremos que as massas derrubem Maduro”. Seguindo essa linha, explica: “*Chamamos as bases das Forças Armadas venezuelanas a romper com a ditadura e juntar-se às mobilizações*”.

Essa formulação foi feita diante da autoproclamação de Guaidó como presidente, e da campanha em torno à “ajuda humanitária”. A LIT lembra que se manifestou, “além disso, contra a ‘ajuda humanitária’ do imperialismo, que seria uma intervenção imperialista militar disfarçada”. Antecipando a qualquer crítica no sentido de conivência ou adaptação, a LIT afirma que “no caso de se concretizar uma intervenção militar, estaremos na linha de frente de combate contra ela (...). Nós não dizemos que esta agressão militar já está acontecendo, mas pode acontecer”.

Às vésperas da investida norte-americana com a sua “ajuda humanitária”, a LIT divulgou um manifesto, ostentando as bandeiras “Abaixo a manobra imperialista de Guaidó-Trump”, “Fora Maduro”, “Nem Maduro, nem Guaidó”, “Solidariedade dos tra-

balhadores de todo o mundo ao povo venezuelano”. Depois de denunciar a manobra do imperialismo, a LIT afirma que “o objetivo inicial de Trump-Guaidó não é uma invasão militar direta que poderia gerar uma guerra civil”. Cautelosamente, admite: “mas o imperialismo não exclui a possibilidade de uma intervenção direta militar”. Em seguida, passa ao ataque ao governo chavista. “Nós defendemos que as massas venezuelanas derrubem a ditadura assassina e corrupta de Maduro”. E prossegue: “A Venezuela necessita sim de uma mudança profunda, que comece pela ajuda humanitária, mas não termine aí. Para acabar com a miséria na Venezuela, é necessário derrubar Maduro e formar um governo dos trabalhadores, que rompa com o imperialismo, não pague a dívida externa e coloque a economia desse país a produzir para satisfazer as necessidades da população. A ajuda humanitária deve ser dos trabalhadores de todo o mundo para os trabalhadores da Venezuela”.

Em 26 de fevereiro, a LIT-QI emitiu a nota “Fracassou a operação imperialista Guaidó-Trump”. Admite: “Houve uma evidente derrota do imperialismo, o que é muito positivo. Mas, não houve uma vitória do povo venezuelano. Maduro, o ditador burguês e corrupto, segue no poder, mantendo os trabalhadores e o povo na mais aguda miséria”. O episódio, segundo a LIT, atingiu a “imagem internacional” de Maduro, “por ter reprimido mais uma vez seu povo e impedido a entrada de alimentos e remédios”. Por outro lado, “Guaidó sai enfraquecido de todo o episódio”.

A LIT se vê obrigada a justificar sua posição retomando a crítica ao reformismo de que “na Venezuela só existem dois campos, o do imperialismo e o de Maduro”. Trata-se de uma reação à crítica dos reformistas de que aqueles que não estão com Maduro, estão com o imperialismo. O embate entre a LIT e os reformistas, nesse quadro de divergência, leva à seguinte polarização. A LIT acusa a esquerda reformista (PT, etc.) de se submeter à ditadura sangüinária de Maduro, e a esquerda reformista acusa a LIT de capitular diante do imperialismo.

Notamos que as declarações, aqui sintetizadas no fundamental, não estabelecem uma análise das posições do reformismo. As menções críticas são defensivas. Eis por que as referências à “esquerda reformista” são gerais, como indicamos logo no início. A estocada da LIT à “esquerda reformista” dá a impressão de que se trata de uma posição marxista em contraposição a uma anti-marxista, em outras palavras, da proletária diante da burguesa ou pequeno-burguesa.

De fato, diante da intervenção imperialista, mesmo que estivesse de antemão fracassada, tornou-se imprescindível que todas as correntes se posicionassem. A esquerda em geral, reformista, centrista e revolucionária, teve de expor sua política, sua tática e, em alguns casos, seu programa.

O ponto de partida da questão é sobre a “polarização”. É obrigatório caracterizar que o choque entre a oposição e o governo de Maduro é interburguês. No entanto, não se pode limitar a caracterização geral de classe. O governo de Maduro é burguês? Sim, é burguês. A oposição, agora dirigida por Guaidó, é burguesa? Sim, é burguesa. Por serem duas variantes burguesas em disputa pelo poder do Estado as tornam iguais? Não, não são iguais. O regime chavista encarna o nacionalismo burguês. A oposição se bate por destruir o governo nacionalista e instituir um governo francamente pró-imperialista. A mesma diferenciação deve ser feita em relação ao governo Maduro e o imperialismo, que impulsiona a oposição burguesa. O “anti-imperialismo” de Maduro e o

pró-imperialismo da oposição são burgueses pelo conteúdo geral de classe, mas distintos quanto ao conteúdo particular. O governo burguês nacionalista reflete os interesses de uma fração da burguesia nacional, em particular; e os interesses da nação oprimida, em geral. É o que se verifica na disputa pelo controle da vasta reserva petrolífera da Venezuela. Um dos objetivos centrais dos Estados Unidos é o de romper os limites nacionalistas colocados pelo chavismo ao controle e à exploração do petróleo. A preservação do regime chavista implica a defesa das riquezas naturais. A sua derrubada e o estabelecimento de um governo de Guaidó resultam no contrário. Sem a caracterização geral de classe, e sem a diferenciação de suas particularidades, não é possível estabelecer a política revolucionária do proletariado.

A diferenciação é uma manifestação concreta da realidade histórica, econômica e social do capitalismo, que separa as nações oprimidas das nações opressoras. O nacionalismo chavista tem suas raízes na condição semicolonial da Venezuela que, por sua vez, faz parte do conjunto das economias atrasadas da América Latina, e espoliadas pelo imperialismo. O fato de não ter conseguido alcançar um grau elevado de industrialização, e de ter a maior bacia petrolífera do mundo, lhe confere uma diferenciação que explica o surgimento do nacionalismo militar. Não por acaso, o regime chavista se assentou nas Forças Armadas e o governo Maduro decadente se sustenta graças ao nacionalismo militar, baseado no controle do petróleo. A burguesia venezuelana é frágil, por não ter realizado a revolução democrático-burguesa, e chefiado um processo de industrialização, necessário à independência nacional. A submissão da burguesia oligárquica ao imperialismo, em especial aos Estados Unidos, deu margem ao nacionalismo militar, que impulsionou o movimento nacional-reformista pequeno-burguês. A ideologia do “Socialismo do Século XXI” é tipicamente pequeno-burguesa, que só poderia

O governo de Maduro é burguês? Sim, é burguês. A oposição, agora dirigida por Guaidó, é burguesa? Sim, é burguesa. Por serem duas variantes burguesas em disputa pelo poder do Estado as tornam iguais? Não, não são iguais.

ser formulada no seio do movimento nacionalista, encabeçado por militares. Essa é a face histórica que evidencia a diferenciação entre nação oprimida e nação opressora, entre regime nacional-reformista e regime pró-imperialista, entre governo nacionalista e governo títere dos Estados Unidos. Evidentemente, trata-se de uma particularidade da Venezuela.

A oposição, que não é homogênea, da mesma forma que o governo, não conta com uma poderosa fração da burguesia venezuelana. Sua inexistência obriga Guaidó a se apoiar quase que inteiramente no imperialismo. O governo Maduro se escora nas Forças Armadas e no apoio de uma importante parcela da população. É necessário não desconsiderar que o governo de Hugo Chávez, no auge de sua ascensão, se assentou na grande maioria dos explorados. A oposição foi derrotada em sua tentativa de golpe, em 2002, e se mostrou por um bom tempo incapaz de se reorganizar. Hoje, Maduro mantém a duras penas o regime chavista esgotado. E a oposição se reergueu, arrastando boa parte da população. O movimento oposicionista de massa se iniciou impulsionado pela classe média urbana. Os impactos da crise econômica sobre a classe operária e demais camadas oprimidas provocaram um deslocamento de um significativo contingente da base social do governismo.

Esse deslocamento vem enfraquecendo o governo bonapartista de Maduro e fortalecendo a oposição pró-imperialista.

A polarização entre chavistas e anti-chavistas resultou em uma divisão no interior da maioria oprimida. Divisão essa que oculta e deforma o caráter burguês da disputa pelo poder e, consequentemente, das condições da luta de classes, em que o proletariado permanece desorganizado, diluído e sujeito às pressões da divisão interburguesa. O nacionalismo se esgotou como uma variante da política burguesa incapaz de desenvolver as forças produtivas, que implica a industrialização. O conteúdo conservador e contrarrevolucionário do nacionalismo burguês se manifesta diante da preservação da grande propriedade privada dos meios de produção e do anti-imperialismo limitado, inconsequente e impotente. Medidas progressivas, como o estabelecimento do controle nacional sobre o petróleo, se diluem e perdem seu alcance quanto ao desenvolvimento das forças produtivas, dadas as limitações das relações de produção do país semicolonial. Era inevitável o esgotamento do nacional-reformismo chavista, como é inevitável a sua queda, mais cedo ou mais tarde. O problema está em que cederá lugar a um governo pró-imperialista, antinacional e fantoche dos Estados Unidos. Essa é a possibilidade predominante. O que determina a luta da vanguarda pela independência de classe do proletariado e pela sua organização, para enfrentar uma nova etapa da crise venezuelana.

A esquerda reformista, que inclui tendências do nacionalismo e do estalinismo, não poderia ter outra atitude senão a de identificar a luta anti-imperialista com a defesa do governo Maduro. O pressuposto é de que o combate à intervenção dos Estados Unidos na crise interna da Venezuela está a cargo do governo e que as forças anti-imperialistas devem se sujeitar à sua condução. Evita a caracterização de classe do governo Maduro e acentua o seu anti-imperialismo, baseado tão somente em algumas limitadas medidas, que se chocam com os interesses dos Estados Unidos, em especial. Não admite o esgotamento do nacional-reformismo chavista como resultado de sua própria política, atribuindo ao imperialismo a inteira responsabilidade pela crise interna. Programaticamente, essa esquerda tem por pressuposto que a realização de reformas progressivas nos países de economia atrasada é apenas uma questão de correlação de forças momentânea. Baseia-se na premissa não só de que o capitalismo é reformável, mas também que não há outra via para sua transformação. A posição de apoio a Maduro não implicou a defesa de nenhuma medida de resistência anti-imperialista, voltada contra o capital financeiro, as petroleiras e o grande capital. Comportou-se como bom pacifista, agarrados à bandeira da paz. Os reformistas, sem exceção, evitam a luta de classes como método do combate anti-imperialista, isso quando não a bloqueiam.

A LIT está certa em denunciar a política da esquerda reformista de apoio a Maduro. No entanto, não expôs seus fundamentos programáticos. Daí decorre a pergunta, se era necessário ou não constituir uma frente anti-imperialista com a esquerda reformista e com o próprio movimento chavista. Chegamos ao ponto em que as posições da LIT deixam um vácuo. Mas, basta a bandeira de “Fora Maduro” para inviabilizar qualquer frente contra o intervencionis-

mo, como o do dia 23 de fevereiro. A linha política depende da caracterização da situação concreta, bem como da crise em geral, e as bandeiras são derivadas da realidade objetiva. Os Estados Unidos e a oposição burguesa tramaram a historietinha da “ajuda humanitária”. Toda esquerda, incluindo os mais reformistas, identificou a trapaça e denunciou que se tratava de uma intervenção para derrubar o governo. Qual era a tarefa? Organizar a frente única anti-imperialista de defesa da nação oprimida contra a ofensiva da nação opressora. Esteve colocada a unidade de combate pela autodeterminação da Venezuela e contra o intervencionismo. O movimento anti-imperialista não implicava o apoio ao governo Maduro. Mas implicava a sua defesa contra os objetivos do imperialismo e da oposição servil em derrubá-lo. Essa diferenciação determina a linha divisória entre o marxismo e o reformismo. A LIT, ao não reconhecê-la, comete o erro de levantar a bandeira de “Fora Maduro”, quando o imperialismo armava o golpe de Estado.

Em nada diminui o erro da LIT, erguendo as bandeiras de “Fora o imperialismo da Venezuela”! “Nem Maduro, nem Guaidó!”. As duas formulações não são compatíveis na situação que

se vive. A tarefa de rechaçar e derrotar o imperialismo, que dá o conteúdo à bandeira “Fora o imperialismo da Venezuela”, exigiu a constituição da frente única anti-imperialista, na qual os marxistas lutariam pela direção do proletariado. O direito de crítica à orientação pacifista e governista deveria ser assegurado. Evidentemente, a frente única anti-imperialista estaria em choque imediatamente com as forças internas e externas, manejadas pelos Estados Unidos. O ataque central se dirigia, portanto, a Guaidó e não a Maduro. A luta consequente pela autodeterminação da

nação oprimida se diferenciaria da política inconsequente e esgotada do nacional-reformismo. A estratégia desenvolvida pela vanguarda marxista-leninista-trotskista, como expressão da tática da frente única anti-imperialista, seria a de instalação de um governo operário e camponês, materialização da ditadura do proletariado. É bem conhecida nossa crítica à bandeira de “governo dos trabalhadores”, típica do centrismo, adaptada à estratégia eleitoral.

A crítica da LIT ao apoio da esquerda reformista a Maduro se perde com o seu ultra-esquerdismo, que não reconhece a necessidade de defender a nação oprimida contra o ataque do imperialismo. Necessariamente, a bandeira de “Fora o imperialismo da Venezuela” correspondia à defesa do governo Maduro, sem hipotecar qualquer apoio à sua política e ao seu anti-imperialismo. Em sua declaração de 14 de fevereiro, a LIT diz que, no caso de concretizar a intervenção militar imperialista, aí sim, se colocaria na frente de combate. Essa declaração de intenção é hipócrita. A luta contra a intervenção se dá em qualquer situação, não dependendo da invasão militar. O imperialismo começa com o cerco econômico e conclui com a intervenção militar, caso seja necessário para assegurar seus interesses e caso a luta de classes o permitir. É sintomática a avaliação de que a LIT não vê uma agressão militar imediata, admitindo, porém, que pode acontecer. E, se acontecer, terá um posicionamento categórico, colocando-se no “campo militar de Maduro, sem lhe dar qualquer apoio político”. Nesse caso, a LIT exigiria de Maduro a distribuição de armas ao povo. Se há uma possibilidade

Esteve colocada a unidade de combate pela autodeterminação da Venezuela e contra o intervencionismo. O movimento anti-imperialista não implicava o apoio ao governo Maduro. Mas implicava a sua defesa contra os objetivos do imperialismo e da oposição servil em derrubá-lo. Essa diferenciação determina a linha divisória entre o marxismo e o reformismo.

de intervenção militar, já há um movimento concreto do imperialismo nesse sentido. Não se pode, portanto, esperar que a intervenção ocorra para intervir em uma frente anti-imperialista. Por que esperar a intervenção acontecer para exigir o armamento do povo? Por que não dizer, Maduro o fracasso do dia 23 de fevereiro foi apenas um episódio, o imperialismo voltará à carga, alimentará a divisão nas Forças Armadas, promoverá o golpe de Estado e, se preciso, fará a intervenção militar. Logo, é preciso armar o povo! Essa é uma resposta anti-imperialista consequente.

O plano imperialista de usar a “ajuda humanitária” se concretizou no dia 23 de fevereiro, com o objetivo de penetrar desde as fronteiras da Colômbia e do Brasil, como se Guaidó fosse o governo e representasse a soberania do país. A LIT não apoiou a defesa das fronteiras venezuelanas por meio dos aparatos armados do Estado. Em sua declaração de 26/2, diz que Maduro *“teve sua imagem internacional ainda mais desgastada, por ter reprimido mais uma vez seu povo e impedido a entrada de alimentos remédios”*. Essa crítica é de quem se opôs ao fechamento militar das fronteiras, o que implicava permitir que os partidários de Guaidó levassem adiante o plano intervencionista. Ocorre que a LIT oculta essa posição com a denúncia de que Maduro reprimiu seu povo. É bom lembrar que Guaidó e toda oposição pretendiam organizar uma grande caravana popular para as fronteiras, por um lado. E esperavam uma divisão nas Forças Armadas que inviabilizasse o fechamento militar das fronteiras, por outro. O fracasso da invasão dos comboios se deveu a que Guaidó não foi capaz de criar uma grande comoção interna. A LIT, ao não apoiar o fechamento das fronteiras e ao condenar a ação militar-policial contra a invasão, colocou-se objetivamente no campo de Guaidó. Essa é a consequência da defesa da bandeira de “Fora Maduro”, quando o imperialismo e a oposição realizavam a investida para derrubar o regime chavista.

Nove dias antes da ação intervencionista, na declaração de 14/2, a LIT afirma que, *“hoje, as gigantescas mobilizações na Venezuela não são contra o imperialismo, mas contra o governo”*. Assinala uma mudança de composição nas mobilizações com a presença de *“bairros populares de Caracas”*, que eram base de apoio ao chavismo. Ensaando uma análise, explica que há uma contradição

entre as mobilizações e a direção de Guaidó. O seu desejo é o de que *“as massas venezuelanas, e não o imperialismo, derrubem Maduro”*. Acredita que com as bandeiras de *“Fora Maduro”* e *“Fora o imperialismo da Venezuela”* estaria do lado das massas contra a ditadura e contra o imperialismo. Não se dá conta, porém, da contradição acima indicada. As mobilizações do último período se deram em torno à autoproclamação de Guaidó à presidência. Há um vínculo direto entre o controle político das mobilizações opositoras e o plano da “ajuda humanitária”. O não atendimento ao chamado para uma grande mobilização em favor da “ajuda humanitária” indica a presença de um sentimento anti-imperialista no seio da população. O deslocamento de um contingente das bases populares de Maduro para a oposição, sem dúvida, se deve ao avanço da crise econômica, à incapacidade do governo de enfrentá-la, e ao agigantamento da miséria. Sem a direção revolucionária, que se deve à ausência de um poderoso partido proletário, a oposição burguesa pode ocultar o seu servilismo ao imperialismo. A LIT se adapta a essa circunstância, ou melhor, a essa contradição.

A derrubada do governo Maduro, nas condições presentes, seja por meios pacíficos (negociados) ou violentos, dará lugar a um governo da oposição. Essa possibilidade é a que tem maior previsibilidade. As massas se verão diante de um governo francamente pró-imperialista, antinacional e antipopular. Esse prognóstico está de acordo com as tendências mundiais de direitização da política burguesa, e expressa a crise revolucionária de direção. A política do proletariado na Venezuela tem de responder ao esgotamento do regime chavista e a ascensão das forças pró-imperialistas. Obrigatoriamente, a vanguarda proletária tem de desenvolver a estratégia da revolução proletária, do governo operário e camponês, e a tática da frente única anti-imperialista. Essa linha permite concluir a experiência com o nacionalismo chavista, cujo anti-imperialismo é ultra-limitado e verborrágico, e preparar para as novas condições de dominação imperialista sobre a Venezuela. É com esse programa e com essa tática que a vanguarda poderá constituir um partido marxista-leninista-trotskista, como parte da tarefa de reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

A Venezuela necessita de ajuda humanitária?

A LIT-QI, PSTU, PO da Argentina e um conjunto de agrupamentos de alguns países que lhe serve de satélite acham que sim. Em seu comunicado de 22 de fevereiro, a LIT-QI afirma: (...) *“Maduro cinicamente diz que a Venezuela não necessita de ajuda humanitária. Isso é uma mentira. Os anos de brutal crise econômica levaram o país a uma situação gravíssima de hiperinflação e desabastecimento. Existe desespero do povo venezuelano em busca de comida e remédio...”*. Certamente, a LIT denuncia e rejeita a ajuda humanitária do imperialismo. Defende que a *“ajuda humanitária deve ser dos trabalhadores de todo o mundo para os trabalhadores da Venezuela”*.

O Partido Obrero da Argentina (PO), no manifesto *“Abaixo o golpe imperialista na Venezuela”*, de 17 de fevereiro, conclui: *“Advertimos sobre a crise humanitária, porém, nos opomos à proposta imperialista de implementar ajuda de emergência, para se infiltrar no país politicamente e transformar a Venezuela em colônia. Chamamos os trabalhadores, especialmente os da América Latina, a organizarem uma ajuda humanitária, sob o controle das organizações operárias e representantes dos trabalhadores em seus lugares de trabalho.”*

A questão da “ajuda humanitária” não se ateve ao campo das esquerdas. Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores de Lula, levantou a posição de que a *“ajuda humanitária deveria ser imparcial”*, para criticar a manobra de Trump. Evidentemente, não existe tal imparcialidade. A LIT-QI e PO, ao contrário, pretendem, nas melhores das intenções, dar um conteúdo de classe da “ajuda humanitária” distinto da ajuda burguesa, imperialista.

O artificialismo da proposição esquerdista é flagrante. O fundamental, porém, está no reconhecimento de que a Venezuela passa por uma crise humanitária. O imperialismo diz que é preciso a “ajuda humanitária”, os reformistas partidários de Maduro dizem que a “ajuda humanitária” deve ser imparcial, e a LIT e PO que, deve ser dos trabalhadores do mundo todo.

É preciso rechaçar, terminantemente, essa impostura burguesa e pequeno-burguesa. A miséria das massas venezuelanas não é uma particularidade desse país. Em todo lugar, cresce o desemprego e o subemprego; uma grande parcela dos trabalhadores recebe de 1 a menos de 1 salário mínimo. Na Argentina, agora

mesmo, o governo Macri resolveu aumentar o valor do seu “bol-sa família”, reconhecendo a ampliação da pobreza extrema. Isso apenas para citar um fato recente nesse país, que reflete o avanço generalizado da miséria, que resulta em fome, doenças, mortalidade infantil, etc. Mas há, de fato, uma particularidade no caso da Venezuela. O imperialismo impôs um cerco econômico, financeiro e comercial sem precedentes a um país latino-americano, a não ser a Cuba, em que houve a revolução social. A responsabilidade do governo Maduro está em que não toca na grande propriedade privada dos meios de produção, não nacionaliza o comércio exterior e o capital financeiro, não quebra o poder dos latifundiários, bem como preserva os interesses das petroleiras associadas à PDVSA. De maneira que os Estados Unidos e seus asseclas ingleses, franceses e alemães podem perfeitamente bloquear os ativos da Venezuela, e dificultar a venda de seu petróleo, e assim recrudes-cer o esmagamento econômico. Internamente, a burguesia sabotava descaradamente a economia, sob a proteção dos Estados Unidos.

COM PACIFISMO, NÃO SE DERROTA O IMPERIALISMO

Os partidários da chamada “Revolução Bolivariana” e do governo Maduro, abrigados em várias correntes políticas, se colocaram contra o intervencionismo de Trump-Guaidó sob a bandeira da paz.

O Partido Comunista venezuelano fez sua campanha com a consigna “Venezuela quer paz”. Identifica-se, plenamente, com o nacionalismo de Hugo Chávez. O seu chamado de 23 de fevereiro propõe a formação de um “Comitê Internacional Paz, Justiça e Dignidade aos povos”. Inicia contrapondo a paz à agressão militar dos Estados Unidos. Eis: “A Venezuela Bolivariana nos convoca a todos ao máximo esforço para que se imponha a paz e se enfrente a agressão militar do governo dos Estados Unidos”. O comunicado “Partidos Comunistas da América do Sul repudiam a intervenção na Venezuela”, assinado por dez organizações, entre elas o PCdoB e PCB, segue a mesma linha. Conclui: “Os comunistas nos manifestamos pelo irrestrito apoio à soberania dos povos, contra qualquer intervenção estrangeira em nossos países, e seguimos lutando para que a América Latina e Caribe sejam territórios de paz”.

No dia 22 de fevereiro, foi apresentado em Boa Vista, Roraima, o “Manifesto pela Paz da Venezuela”. Contou com assinatura do MST, CUT, MTST, PT, PCB e PSB. O conteúdo é de se obter a pacificação por meio de uma negociação entre o governo e a oposição. Elogia a atitude de governos, como o do México e Uruguai, e faz referência ao papa Francisco como intermediário do “diálogo e da paz”.

Esse manifesto segue a linha do Comitê Brasileiro pela Paz na Venezuela, que, em 8 de fevereiro, já se opunha à “ameaça de ingerência e de intervenção contra a Venezuela”. Assinaram a carta do Comitê, 53 correntes, agrupamentos e movimentos. Entre eles, o PCB, PCdoB, PT e PSOL. Entre os apoiadores, por sua vez, constam os nomes de Guilherme Boulos - dirigente do MTST e ex-candidato à presidência da República pelo PSOL - e Valério Arcari - dirigente da corrente Resistência, que compõe o PSOL. O ponto 10 da Carta diz: “Defendemos todas as iniciativas de Diálogo e Paz que respeitem a soberania do povo venezuelano. Saudamos a iniciativa dos governos do México e Uruguai... Saudamos as manifestações do papa Francisco e todas as lideranças religiosas...”

O PSOL emitiu uma nota, “Em defesa da Soberania da Venezuela”, concluindo pela solução pacífica da crise. Diz: “Rejeitamos qualquer saída ou superação da crise que signifique uma ameaça à paz ou fora dos

Qualquer tipo de “ajuda humanitária” serve para ocultar ou amenizar o cerco econômico e a incapacidade do governo de quebrá-lo por meio de medidas revolucionárias.

A bandeira proletária é a de fim imediato do bloqueio imperialista. Expropriar e nacionalizar toda atividade econômica que, sob a direção da burguesia, tem colocado a economia venezuelana à beira do precipício. Unir os explorados em torno de um programa de reivindicação contra a pobreza, fome e miséria. Pôr em pé o movimento de frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Abaixo a “ajuda humanitária” do imperialismo!

Os explorados venezuelanos não necessitam de nenhum tipo de “ajuda humanitária”, necessitam se levantar revolucionariamente contra os exploradores venezuelanos, seu governo incapaz e o imperialismo.

marcos democráticos e constitucionais da Venezuela e apoiamos o povo venezuelano que luta e resiste ao golpe imperialista”.

A Assembleia Internacional dos Povos (AIP), com delegações de 85 países, segundo informações, foi instalada no dia seguinte aos choques nas fronteiras. Entre os organizadores mais reconhecidos estava João Pedro Stédile, MST. Uma de suas premissas é a da rejeição da violência como forma de solução de conflitos. Foi o que expressou a representante da Espanha, Marga Ferré. A abertura foi precedida de um “show pela paz”, em Caracas. O jornalista Carlos Aznárez, em seu Resumo LatinoAmericano, assim descreve o clima de festividade: “Marcharam com fervor e muita alegria, não havia raiva em seus gestos, pelo contrário. Bailaram, cantaram e entoaram as consignas anti-imperialistas de toda a vida, desde o ianque ‘go home’, até o ‘não passarão’ das lutas antifascistas dos povos (...)”. A descrição conduz à conclusão: “Neste 23 de fevereiro, a Revolução Bolivariana obteve outro tento, o da paz com justiça social frente à guerra imperialista”.

A bandeira da paz é expressão da política e do método pacifista diante dos grandes conflitos originados do capitalismo em decomposição, das guerras imperialistas, das guerras civis e de toda variante da luta de classes. O cinismo dos partidos, correntes e direções dos movimentos sociais é inconfundível. A Venezuela vive em choque, que se manifesta, principalmente, no confronto entre o governo nacionalista em decomposição e as forças da contrarrevolução pró-imperialista. O governo Maduro não teria sobrevivido se não se constituísse em um governo bonapartista. Seu poder depende das Forças Armadas e do aparato policial. Para conter o movimento massivo que segue a oposição burguesa, Maduro tem de reprimir duramente. As mortes de populares nos confrontos é a prova cabal de que a violência está presente como parte constitutiva da crise venezuelana. A oposição, que se faz passar por pacífica, responsabiliza a “ditadura de Maduro” como causadora da violência. No entanto, conspira para dividir as Forças Armadas e criar as condições para o golpe de Estado. O regime de Maduro teve de sufocar rebeliões militares pontuais, caso contrário, perderia o controle das Forças Armadas. Diante da ameaça de entrada dos comboios da “ajuda humanitária” de Trump-Guaidó, o governo foi obrigado fechar militarmente as fronteiras e pôr em ação a Guarda Nacional contra manifestantes

arregimentados pela oposição. Trump não oculta sua disposição de intervir militarmente na Venezuela. As dificuldades dos Estados Unidos de alinharem os mais importantes países latino-americanos a esse objetivo, como ficou demonstrado na reunião do Grupo de Lima, de 25 de fevereiro, não elimina essa ameaça.

A bandeira da paz e a política do pacifismo conduzem à vitória do imperialismo e a conquista do poder do Estado pela oposição contrarrevolucionária. Objetivamente, está colocada a expropriação do capital financeiro, das petroleiras e do grande capital venezuelano. Essa é a via para enfrentar o cerco econômico

do imperialismo. Objetivamente, está colocada a necessidade de armar o povo, organizados em comitês de combate anti-imperialista. Sem que as massas encarnem um programa revolucionário, se organizem no campo de independência de classe e se armem, portanto, se coloquem à altura da luta de classes, a violência contrarrevolucionária do imperialismo e da oposição se imporá. A classe operária venezuelana e mundial deve rechaçar o pacifismo pequeno-burguês e burguês. Na Venezuela, se desenvolve uma guerra de classes, que é ocultada pelo nacionalismo burguês e pela oposição pró-imperialista.

A via “pacífica” do Grupo de Lima

A esperada reunião do Grupo de Lima se deu sob o clima do fracasso do plano norte-americano de intervenção na Venezuela por meio da “ajuda humanitária”. O tom e o conteúdo da resolução foi o de manter a “forma pacífica”, para se chegar a uma “transição para a democracia”, (...) “conduzida pelos próprios venezuelanos”. Segundo informações, foi rejeitada a intervenção militar.

Trump vem pressionando o governo de Maduro e favorecendo a oposição com ameaça de intervenção. Era e é visível que a “ajuda humanitária” não passou e não passa de uma máscara a essa opção, nos dizeres do próprio do governo norte-americano. Mike Pence não deixou de contrariar o sentido pacifista da reunião. Afirmou que os Estados Unidos também esperavam “*uma transição pacífica para a democracia, mas que o presidente Donald Trump deixou claro: todas as opções estão sobre a mesa*”.

Essa posição fixada pelo imperialismo não foi rechaçada pelo Grupo de Lima. Quer dizer que os Estados Unidos desconhecem o teor da declaração aprovada. Se dependesse da disposição de Trump, o plano da penetração dos comboios da “ajuda humanitária” em território venezuelano viria acompanhado de uma ação militar.

Certamente, os estrategistas do Pentágono sabiam que Guaidó não conseguiria levantar o povo venezuelano para barrar a ação das Forças Armadas, da Guarda Nacional e das milícias bolivarianas. Os Estados Unidos, porém, não conseguiram arrastar o Brasil e, com ele, a Argentina, etc. para seu plano completo. Não havia convergência nem mesmo com o imperialismo europeu de lançar a ofensiva militar no dia 23 de fevereiro. A Rússia e a China, por seu lado, tiveram de denunciar o objetivo militarista do plano Trump. O aliado mais propenso a recorrer aos métodos da guerra de intervenção era, e continua sendo, a Colômbia, que tem servido de base militar aos Estados Unidos, e cujo governo é um declarado títere. É bem provável que as suspeitas sobre o envio de tropas norte-americanas a esse país sejam corretas.

São diversos os motivos que dificultam a convergência sobre a afirmação de que “todas as opções estão sobre a mesa”. A gigantesca reserva petrolífera se encontra na base do choque da burguesia estadunidense com o regime nacionalista de Maduro, embora suas petroleiras continuassem a explorá-la. O limite do nacionalismo burguês é dado pelo respeito à propriedade privada dos meios de produção, e por não romper todos os laços com os monopólios e o capital financeiro. O imperialismo não pode, no

entanto, tolerar limitações, principalmente, em seu próprio quintal. Muito menos em uma situação em que prevalecem as tendências desintegradoras do capitalismo mundial.

É notável a necessidade dos Estados Unidos de reagirem à penetração de capitais chineses e russos em ramos fundamentais da economia latino-americana. A própria necessidade das potências europeias de encontrar mercado e negócios para inversões se acha em conflito com os interesses particulares dos Estados Unidos. Nota-se que a América Latina se ressentiu do agravamento das disputas interimperialistas, e que a Venezuela é um ponto agudo da crise mais geral.

Por enquanto, o acordo com os Estados Unidos sobre o objetivo de derrubar o governo de Maduro se resume ao cerco econômico, financeiro e diplomático. É o que se evidenciou no dia 23 de fevereiro, e na reunião do Grupo de Lima. O imperialismo não se guia pelo que pensam os governos latino-americanos e o Grupo de

Lima. Continuará maquinando com a via da intervenção militar.

A divisão nas Forças Armadas Venezuelanas e o aprofundamento dos choques internos, que levem à guerra civil, favorecem ao intervencionismo externo. O recrudescimento do cerco econômico-financeiro, apregoado pela frente burguesa latino-americana, guiada pelos Estados Unidos, e confirmada pelo Grupo de Lima, desemboca nessa situação.

A bandeira de “transição pacífica para a democracia” oculta a estratégia do intervencionismo militar. Está, na realidade, de acordo com a premissa de Trump de que “todas as opções estão sobre a mesa”. É fundamental enfatizar que o imperialismo retomará com maior contundência a ofensiva contra Maduro, forçando a via da guerra civil. A “transição pacífica” é palavreado. A utilização da Assembleia Nacional e de Guaidó para instituir um governo paralelo indicou que os Estados Unidos, com apoio da OEA, Grupo de Lima e UE, puseram em marcha um movimento golpista. A diferença entre essas forças se manifesta, pelo menos no momento, em torno à posição norte-americana de avançar no sentido da intervenção externa.

A defesa da autodeterminação da Venezuela é uma arma de combate ao imperialismo. O que permite à vanguarda ajudar os explorados venezuelanos a compreender que o governo nacionalista não tem como levar às últimas consequências a independência da nação oprimida e que é preciso a conquista do poder do Estado pelo proletariado.

A bandeira de “transição pacífica para a democracia” oculta a estratégia do intervencionismo militar. Está, na realidade, de acordo com a premissa de Trump de que “todas as opções estão sobre a mesa”.

Colômbia:

Assassinato de lideranças e ataques às condições de vida das massas sob o governo “defensor” da democracia venezuelana



A inviabilidade da democracia burguesa se expressa de modo contundente na Colômbia. O peso dos grandes latifundiários, que se consideram donos do país, gerou as chamadas “autodefesas”, grupos de paramilitares impulsionados pelos setores mais ricos, minoritários e poderosos do país.

O governo colombiano é uma das peças principais da intervenção dos Estados Unidos na Venezuela. O autoprotelado “defensor da democracia”, Iván Duque que é um dos principais protagonistas do cerco, afirma em suas declarações: *“Estamos comprometidos com o continente inteiro, o continente cuja carta democrática se opõe, diplomaticamente, à ditadura, para que a Venezuela retome a liberdade”*.

Entretanto, a cumplicidade do governo de Duque não se limita a questões diplomáticas. *“Não descansaremos até conseguir que essa ajuda ultrapasse fronteiras e nos permita aliviar a agonia dos nossos compatriotas”*. afirmou, referindo-se à “ajuda humanitária”, que os Estados Unidos enviaram em três aviões militares cada um com uma capacidade para uma tripulação de 100 soldados e 80 toneladas de carga. Duque tornou-se, nos fatos, cúmplice dos preparativos dos Estados Unidos para uma invasão militar.

As declarações do embaixador colombiano Francisco Santos, nos Estados Unidos, confirmam essa cumplicidade, quando afirma: *“escutam-se vozes que falam de operações militares unilaterais. Acreditamos que é preciso dar uma resposta coletiva a essa crise. Mas, acreditamos, e permitam-me ser bastante claro, que todas as opções devem ser consideradas”*. Além disso, diante do Conselheiro de Segurança norte-americano, que evidencia o plano de enviar “5.000 soldados à Colômbia”. Confirmando sua posição, o embaixador acrescentou: *“É uma jogada diplomática inteligente para indicar à Venezuela que está no fim da linha [...] Estados Unidos sempre disseram que ‘todas as opções estão sobre a mesa’.”*

É necessária uma ação imediata dos oprimidos, por meio

de suas organizações sindicais, sociais e políticas, para impedir que a Colômbia seja utilizada como base para o ataque militar ou qualquer outro tipo de ataque contra Venezuela.

O que ocorre do lado colombiano da fronteira?

Enquanto Duque está ocupado em resolver, como afirma em suas declarações, *“as dificuldades por que passa o povo venezuelano devido à ditadura”*, do lado de sua fronteira, os habitantes da Guajira há muito vivem as terríveis consequências de anos de “democracia” na Colômbia. A própria Corte Constitucional, instituição burguesa, afirma: *“Existe um descumprimento dos parâmetros mínimos constitucionais, aplicáveis às políticas públicas do governo nacional, do departamen-*

to da Guajira, dos municípios de Riohacha, Manaure, Maicao e Uribia, e das autoridades indígenas com jurisdição nesses municípios”. Os números são contundentes: nos últimos oito anos, morreram 4.770 crianças na região.

A responsabilidade do governo pela situação da Guajira não consiste apenas no abandono das condições de vida do povo, mas também na cumplicidade com os grupos paramilitares que ameaçam todos aqueles que se organizam. Armando Valbuena, dirigente indígena Wayuu, foi obrigado a abandonar a Guajira por segurança e denúncia: *“Não sabemos de onde vêm essas ameaças, mas vemos com muita preocupação que se trata de uma situação sistemática, e nos inquieta muito a passividade do governo”*.

A “democracia” é a ditadura do capital: 226 assassinatos de lideranças em 2018

A inviabilidade da democracia burguesa se expressa de modo contundente na Colômbia. O peso dos grandes latifundiários, que se consideram donos do país, gerou as chamadas “autodefesas”, grupos de paramilitares impulsionados pelos setores mais ricos, minoritários e poderosos do país. Esses grupos se atribuem o direito de decidir o que está permitido e, nos seus panfletos, semeiam ameaças de morte contra todos os que ousam se organizar.

Essa é a famosa “democracia”, a democracia burguesa que defende Duque, uma democracia para poucos, e ditadura contra as grandes maiorias. Os oprimidos não defendem essa “democracia”, lutamos pela democracia para as grandes maiorias, a ditadura do proletariado. Os operários, camponeses e oprimidos das cidades conhecerão a democracia, quando formarem em próprio governo, baseado na propriedade social dos grandes meios de produção e nas organizações criadas pelos oprimidos.

(Extraído do Jornal Massas, nº 350, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

Aprovada a nova Constituição de Cuba

Derrotar a ofensiva restauracionista com o programa e os métodos do proletariado



Em 25 de fevereiro, foi aprovada em consulta popular a nova Constituição de Cuba. 6,8 milhões de eleitores votaram “Sim” pela sua aprovação (73,31% do padrão eleitoral), 706.400 votaram pelo “Não” (7,7%) e 198.674 (2,54%) em branco. A Comissão Eleitoral Nacional anulou 127 mil votos (1,62%), enquanto um milhão dos habilitados não compareceram à votação.

Passaram-se três meses desde que foi apresentado o anteprojeto da cúpula do Partido Comunista de Cuba (PCC), ratificado pela Assembleia Nacional do Poder Popular (ANPP). Entre novembro e dezembro de 2018, realizaram-se 133 mil reuniões, para a população apresentar suas propostas. Foram realizadas 783 mil mudanças e alterações. O projeto final modificou 134 artigos, e eliminou três (760 modificações no total). A ANPP se encarregará de regulamentar as leis complementares.

O presidente cubano, Miguel Díaz-Canel, disse que a aprovação da nova Constituição permitirá constituir um moderno “Estado socialista de direito” e “destravar processos”, avançando “na construção do modelo econômico-social” almejado.

O essencial, no entanto, está em que a nova Constituição avança a ruptura das relações de produção, baseadas na propriedade social, em favor das relações de produção e propriedade burguesas. Eis por que consta nela a afirmação de que “O trabalho remunera-se em função da quantidade, complexidade, qualidade e resultados obtidos”, o que abre caminho a que se ajustem os salários e condições trabalhistas às leis econômicas do mercado, em outras palavras, da exploração capitalista do trabalho. As mudanças na estrutura do Estado, a exemplo da criação de novos cargos executivos, e aprovação da remuneração diferenciada das funções políticas, por sua vez, criam as condições para a “profissionalização” da atividade política, adaptando-a às formas políticas vigentes nas democracias burguesas.

Evidentemente, a restauração capitalista na Ilha vem se operando há décadas. Mas, somente com a aprovação da nova Constituição é que se colocaram os cimentos jurídico-legais, que facilitarão esse processo. O fato de se manter no texto constitucional o reconhecimento do PCC como partido único e “direção ideológica” do país, preservando ainda setores chaves da economia como

propriedade estatal, apenas indica que a casta burocrática pretende se servir do controle do aparelho do Estado para preservar suas posições no percurso da restauração.

A aprovação da nova Carta Magna constitui, assim, um duro golpe nas conquistas da Revolução Cubana. Ainda que deformadas e ferrenhamente controladas pela burocracia castro-estalinista, as conquistas revolucionárias das massas constituíam as bases materiais e sociais sobre as quais se ergueu a Constituição “socialista” de 1976. Isso explica ainda por que, à época, as massas apoiaram unanimemente com seu voto (97,7%) sua aprovação.

Diferentemente, a atual Constituição surge como a expressão de uma nova fase da ofensiva contrarrevolucionária do imperialismo

contra as conquistas revolucionárias do proletariado mundial. Está aí por que o fenômeno político mais destacado do plebiscito foi a maciça abstenção. Tudo indica que importantes parcelas da população cubana rejeitaram a via plebiscitária, uma vez que a experiência própria lhes demonstra que está vedado às massas cubanas

decidir - efetiva e objetivamente - sobre os rumos do governo e os destinos da Revolução, que elas puseram de pé.

Há também setores da população que têm servido de base social às manobras imperialistas. Parcelas da população que votaram “Não” foram arrastadas por trás da política de formar uma “oposição democrática”. Mas, essa via foi abertamente derrotada nas eleições, e não teve como servir de canal à organização das massas, que ainda defendem as conquistas revolucionárias, apesar da degenerescência burocrática do castro-estalinismo.

O imperialismo não aceita a via gradual da restauração. Mantém o cerco a Cuba e procura expulsar do poder o Partido Comunista Cubano. Esse é o sentido da recente declaração do Departamento de Estado norte-americano, que acusou o plebiscito de “preservar o regime ditatorial castrista”, enquanto o secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro, afirmou que a consulta foi “uma fraude”, e chamou os governos latino-americanos a “desconhecerem as instituições” da nova Constituição.

Estamos na presença dos mesmos métodos aplicados na Venezuela. Trump e Almagro foram os primeiros a desconheceram

(...) a nova Constituição avança a ruptura das relações de produção, baseadas na propriedade social, em favor das relações de produção e propriedade burguesas.

as eleições, que deram a Maduro seu segundo mandato, reconhecendo o títere Juan Gaidó como “presidente legítimo” do país. John Bolton, assessor de Segurança Nacional do governo Trump, declarou que os Estados Unidos poderiam utilizar os mesmos “procedimentos” aplicados à Venezuela de combate às “ditaduras socialistas e comunistas” do continente. Eis: *“estamos tratando com a Venezuela agora; mas essas duas outras patas da ‘Troika da tirania’ [Cuba, Venezuela e Nicarágua] permanecem em nossas mentes”*. Não por acaso, o governo Trump voltou a colocar Cuba na lista de “países exportadores” do terrorismo.

Tal retórica evoca o chamado “Eixo do mal”, formado por Irã, Coreia do Norte e Iraque. Essa farsa serviu de máscara ao governo de George W. Bush para invadir o Iraque, dilacerando o país, e se apropriando de seu controle. John Bolton era assessor de Bush e, agora, aplica os mesmos métodos a serviço do governo Trump. Ora, nas condições de acirramento da guerra comercial e dos choques mundiais, se evidencia o esgotamento da partilha do mundo do pós Segunda Guerra Mundial. Acabar com a “Troika da tirania” significa, em última instância, que o imperialismo trabalha para derrocar os governos nacional-reformistas, que entravam seu expansionismo, e colonizar os países que expropriaram a burguesia.

Está absolutamente claro que a queda do governo chavista é uma peça chave dos ataques do imperialismo contra as conquistas revolucionárias das massas cubanas. É nesse quadro de ofensiva

contrarrevolucionária que a classe operária e os camponeses cubanos são pressionados pelo Partido Comunista a seguirem o processo de restauração gradual estabelecido pela burocracia do Estado.

A ofensiva do imperialismo norte-americano marca a situação mundial e, em particular, a da América Latina. O ataque simultâneo à Venezuela e Cuba indica por onde passa essa ofensiva. Evidencia-se a incapacidade do nacionalismo burguês e da burocracia castro-estalinista em reagir com os levantes anti-imperialistas das massas. O regime chavista vem cedendo terreno à oposição contrarrevolucionária; e o regime castrista, às pressões das forças restauracionistas. Não é por acaso que a aprovação da nova Constituição em Cuba coincide com o aperto do cerco do imperialismo à Venezuela. A cada milímetro cedido sem luta revolucionária, abre-se mais espaço à ofensiva dos Estados Unidos e aliados.

A classe operária e sua vanguarda revolucionária somente podem levantar-se contra a ofensiva de Trump e das frações reacionárias da burguesia latino-americana, opondo-se à restauração capitalista em Cuba, à Constituição burguesa e à casta burocrática, cujas manobras de sobrevivências estão se esgotando; e opondo-se à política impotente do nacional-reformismo na Venezuela. Em Cuba, continua vigente a revolução política. Na Venezuela, a revolução proletária. O programa internacionalista que guia a luta revolucionária se sintetiza na bandeira de Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Publicado o Boletim Internacional do Comitê de Enlace

Boletim do Comitê de Enlace expressa as tendências de desintegração do capitalismo

No momento, o centro da crise se concentra na Venezuela. Verifica-se que esse centro vai se deslocando de uma região a outra. Ora se ergue no Oriente Médio, ora na Ásia e, agora, na América Latina.

Em todos os conflitos, grandes ou pequenos, a presença dos Estados Unidos é invariável. Reflete seu lugar hegemônico alcançado na Segunda Guerra Mundial. O último capítulo do intervencionismo, no contexto da grande conflagração, foi o da Guerra da Coreia, nos anos 1950, que impôs a divisão da península. A Guerra do Vietnã, nos anos 1960, seguiu o mesmo fundamento imperialista da invasão da Coreia. Tratava-se de barrar os movimentos de independência nacional, que impulsionassem o movimento revolucionário mundial. Tratava-se, sobretudo, de travar um confronto em torno ao isolamento da União Soviética. O inimigo mortal eram a Revolução Russa de 1917 e a existência da União Soviética, que saía fortalecida após a guerra, expandindo sua influência no Leste Europeu, nos Balcãs, até a Alemanha Oriental. A Revolução Chinesa, por sua vez, dava a dimensão do poderoso choque com as necessidades do capitalismo, e com os interesses particulares do imperialismo americano.

Diante da nova partilha do mundo, os Estados Unidos forjaram uma grande aliança anticomunista, e traçaram a estratégia da “Guerra Fria”. A América Latina se viu convulsionada com a Revolução Cubana e foi arrastada por detrás do imperialismo norte-americano. Os interesses da burguesia latino-americana somente poderiam ser assegurados pelo poderio da América do Norte, diante do proletariado, dos camponeses miseráveis e de uma classe média empobrecida. A organização

de forças contrarrevolucionárias internas aos países, apoiadas financeira e militarmente pelo Pentágono, permitiu uma maior penetração dos monopólios, e fortaleceu a submissão das Forças Armadas às diretrizes norte-americanas da “Guerra Fria”. Certamente, suas raízes estão na formação e desenvolvimento do capitalismo no continente, cujo domínio dos Estados Unidos foi estabelecendo-se, desde as lutas e guerras de independência das colônias.

A derrocada da União Soviética e o processo de restauração do capitalismo estabeleceram um novo marco da situação mundial. Estaria encerrado um largo período iniciado na Primeira Guerra Mundial e com a Revolução Russa, passando pela Segunda Guerra Mundial e chegando ao formal reconhecimento do fim da “Guerra Fria”. O imperialismo, finalmente, conseguiu interromper o processo mundial de transição do capitalismo para o socialismo. Na América Latina, sufocou a revolução cubana, arrebatou o nacionalismo burguês e, ultimamente, vem varrendo o nacional-reformismo.

Essa síntese confirma a caracterização marxista-leninista-trotskista de que o capitalismo da época imperialista é de crise estrutural, de guerras, revoluções e contrarrevoluções. A vitória do imperialismo sobre a política estalinista do socialismo nacional – da possibilidade de construir o “socialismo em um só país” – e a consequente derrocada da União Soviética, bem como o impulso ao movimento de restauração, se deram nas condições de desintegração do capitalismo mundial.

A partilha da Segunda Guerra está esgotada. E os choques entre as forças produtivas e as relações de produção se potencializaram. A guerra comercial de Trump se tornou inevitável.

Vai recrudesce ainda mais. O intervencionismo militar e as disputas por mercado, fontes de matérias-primas e posições estratégicas são interdependentes. É sintomático que, em torno à Venezuela, se manifestam interesses da China, Rússia, Estados Unidos e potências europeias. O declínio do regime nacional-reformista, estabelecido por Hugo Chaves, se encontra intimamente entrelaçado com o avanço do restauracionismo em Cuba e esgotamento do castrismo.

Não só na América Latina, mas também em toda a parte, em especial na Europa, as posições burguesas e pequeno-burguesas de ultradireita ganham corpo, expressando tendências fascizantes. Era previsível que a vitória da restauração não levaria ao florescimento da democracia, mas sim ao autoritarismo. Ao se impor o retrocesso na mudança qualitativa entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como daquelas com as fronteiras nacionais, se potencializariam as contradições que levaram às guerras, revoluções e contrarrevoluções.

As frações burguesas social-democratas, fortalecidas após o nazifascismo e a guerra, se decompõem a olhos vistos. Tardiamente, na América Latina, principalmente depois do ciclo de golpes e ditaduras militares, se procurou ajustar os regimes políticos à democracia formal mais próxima dos ideais socialdemocratas. Governos de tinturas nacionalistas, principalmente, procuraram passar por representantes da democracia e das reformas. Fracassaram e deram lugar a governos ditatoriais.

O golpe de Estado no Brasil, em 2016, a instalação de uma ditadura civil e, em seguida, a eleição de Bolsonaro, que encarna o militarismo, foi um dos pontos altos da crise política na América Latina, ao lado do impasse venezuelano. Sem dúvida, a queda do kirchnerismo e a eleição do direitista Macri, na Argentina, completa a dimensão das mudanças que vêm ocorrendo na América do Sul. Esses governos se alinham às diretrizes de Trump e auxiliam os Estados Unidos a fortalecerem a ofensiva contra o governo de Maduro. O imperialismo pressiona as frações que compõem a burguesia semicolonial latino-americana a seguirem suas respostas à crise mundial, que se mantém desde 2008.

Os explorados estão diante de um movimento geral de destruição de antigas conquistas e de rebaixamento do valor da força de trabalho. As reformas antinacionais e antipopulares dos mais diversos governos, imediatamente, se chocam com a situação de pobreza e miséria da maioria explorada. No momento em que preparávamos a edição do Boletim do Comitê de Enlace, em português, a montadora Ford anunciou o fechamento de uma de suas fábricas no Brasil, podendo destruir mais de quatro mil postos de trabalho.

O desemprego e subemprego crescem no mundo todo, ao mesmo tempo em que os salários e direitos trabalhistas e previdenciários são arrancados à força. A classe operária e os demais trabalhadores, no entanto, não recebem passivamente os ataques. Procuram a via da luta direta, campo próprio de seu

enfrentamento à exploração capitalista e à opressão política. Deparam-se com a crise de direção mundial, que se manifesta com particularidades em cada país e em cada situação de agravamento dos choques de classe.

A vanguarda, que diariamente se esforça por mobilizar e organizar os explorados, se ressentida da ausência ou do caráter embrionário do partido revolucionário. A sua fragmentação em inúmeras correntes dificulta, quando não impossibilita, quebrar a política de colaboração de classes que predomina no movimento operário, camponês, popular e estudantil. A regressão promovida pelo estalinismo e pelo revisionismo deu lugar à dispersão, que deve ser superada com a construção de partidos que encarnem o programa, os princípios e fundamentos históricos do marxismo-leninismo-trotskismo. Partidos que se

assentem, inteiramente, na assimilação das experiências das Internacionais, principalmente da III Internacional e da luta da Oposição de Esquerda em torno à fundação da IV Internacional.

Nesta época de contrarreformas burguesas, o proletariado está obrigado a se levantar, seguindo seus instintos de sobrevivência e de revolta comunista, contra a grande propriedade que o aprisiona. O programa de expropriação e de transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social está constituído, não somente em forma de teoria, como testado de forma prática, com a Revolução Russa e aquelas que se seguiram.

O revisionismo estalinista – dos revisionismos, esse foi o mais destrutivo

à causa do comunismo – foi derrotado ideologicamente pelo trotskismo, que garantiu a continuidade do marxismo-leninismo. A derrocada da União Soviética e a emersão geral das forças restauracionistas não são derrotas definitivas. Fazem parte do longo percurso que os explorados farão, em seu movimento pela realização do programa comunista.

A rapidez com que o capitalismo mundial se decompõe em crises e choques cada vez mais amplos e destrutivos tem forçado o proletariado a se abrir para a consciência de classe, para recuperar sua rica experiência e para recompor suas forças revolucionárias. Destacamos na publicação do Boletim Internacional do Comitê de Enlace em defesa da Venezuela contra a intervenção do imperialismo. Depois de redigido, a ofensiva intervencionista apertou o cerco ao governo chavista. A defesa incondicional da nação oprimida contra o imperialismo, nação opressora, guia a posição marxista-leninista-trotskista.

O Boletim Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se empenha em levar adiante essa tarefa. A política proletária de combate ao capitalismo está obrigada a incorporar a luta contra o restauracionismo, em todas as suas variantes. Essa é a particularidade de nossa época, do pós-guerra e do desmoronamento da União Soviética. O Boletim Internacional do Comitê de Enlace é um instrumento desse programa.



Argentina / Não serão os votos, nem leis, nem deputados, nem constituintes que resolverão o desastre provocado por Macri

Foi escolhido presidente em 2015 sobre a base de promessas de que não endividaria o estado, combateria a inflação, construiria um milhão de moradias, retiraria o imposto do salário, atrairia investimentos para reativar a economia, combateria a corrupção, faria um governo transparente e outras coisas do gênero. A maioria acreditou que poderia ser verdade.

Após três anos de governo, assistimos a um quadro devastador da economia: a construção civil caiu, em dezembro, 20,5%, e a indústria, 14,7%; o setor automotivo começou janeiro com uma produção de 14.803 veículos, ou seja, 27,3% a menos que dezembro de 2018, e 32,8% menor que janeiro de 2018. O índice de utilização da capacidade industrial instalada caiu 56,6% na média, atingindo 25,6% na produção automotiva, e 32,3% na têxtil. Aumentaram o transporte, a energia elétrica, os combustíveis, os impostos, os pedágios; mantiveram-se altas as taxas de juros, caiu a produção, retrocedeu o consumo e, mesmo com recessão, a inflação não caiu. A inflação acumulada em relação a janeiro de 2018 atingiu 49,3%, com o transporte atingindo 67,3%. Oficialmente, perderam-se 200.000 empregos no ano, e certamente uma quantidade igual de empregos informais. Em janeiro, fecharam-se mais de 2.000 comércios e oficinas. Dolarizaram-se as rubricas mais importantes da economia. Reduziram-se, em termos reais, os salários e as aposentadorias.

A democracia burguesa encobre a ditadura do capital e desenvolve crescentemente mecanismos cada vez mais sofisticados para enganar o povo. Se, agora, não servem mais as manobras e mentiras de 2015, inventarão outras. Não é só o neoliberalismo que age assim, todos os partidos burgueses atuam da mesma maneira.

Tendo feito tamanho desastre com o país, como pode continuar governando? A grande maioria do povo, que sofre na carne própria as consequências dessa política, se pergunta: até quando?

Devemos considerar que se Macri pôde chegar até aqui, tendo provocado tal desastre, é devido à cumplicidade dos partidos políticos, do Congresso, da burocracia sindical, dos governadores, da grande maioria dos que se dizem opositores. E deverá continuar ao menos até dezembro, uma vez que todos lhe garantem a governabilidade.

Esse desastre, esse saque aos recursos nacionais e aos nossos bolsos, deve fazer pensar: até quando vamos suportar que, em nome do voto que recebeu, em troca de um punhado de promessas, possa governar para uma ínfima minoria? Dessa forma, aqueles que tinham o poder real sob a ditadura militar incrementaram suas fortunas e concentraram sua riqueza sob a vigência da democracia burguesa.

Embuste da cúpula Trump/Kim Jong-un

A reunião entre o presidente dos EUA, Donald Trump, e o da Coreia do Norte, Kim Jong-un, realizada em 28 de fevereiro, em Hanói (Vietnã), fracassou. Em coletiva de imprensa, Trump disse que se retirou da reunião porque Kim Jong-un concordava em desativar o reator nuclear de Yongbyon; mas, se negou a fechar a instalação de enriquecimento de urânio na cidade de Chollima, e destruir o arsenal militar nuclear de “maneira completa e verificável”, além de exigir o fim das sanções dos EUA. Segundo afirmou, “Nós não podíamos concordar com isso”.

Nota-se que a primeira cúpula (12 de junho de 2018, Singapura), apresentada como “exitosa” por ambos os governos, não passou de uma declaração de boas intenções. O documento assinado referia-se aos esforços das partes em avançar

É hora de dizer basta! Vivemos num país com uma quantidade extraordinária de recursos materiais e com desenvolvimento tecnológico, científico, e com uma classe operária altamente instruída, porém, continuamos avançando no processo de desindustrialização, continuam se destruindo forças produtivas, continua crescendo a pobreza, a miséria e o desemprego.

É hora de dizer basta! O grande problema é que todos esses recursos materiais e tecnológicos estão nas mãos de um punhado de capitalistas, em sua maioria estrangeiros. Esse é o principal motivo da destruição de forças produtivas, essa é a maior trava para o desenvolvimento da economia.

O país deve emancipar-se de toda forma de opressão, recuperar todas as empresas e os recursos, expropriando-os, colocando ao serviço da grande maioria, desconhecendo a dívida interna e externa com os grandes bancos. O país deve recuperar para si todas as terras, expropriando os latifúndios. Recuperar os lagos, os rios, o mar, as minas, o petróleo, etc.

A burguesia, seus partidos, suas instituições devem ser enterradas. São a expressão da decadência e apodrecimento de um regime falido, que quer descarregá-los nas costas da maioria. Não há como reformar ou melhorar o capitalismo. Está levando-nos à barbárie, em todas suas formas. As reformas trabalhistas e previdenciárias que pretendem nos impor nos farão retroceder 100 anos. Sua democracia burguesa está apodrecida.

A campanha eleitoral dos partidos não quer mencionar os problemas de fundo que deveriam ser extirpados pela raiz. Nenhum quer questionar a grande propriedade, sequer a imperialista. De uma ou de outra forma, todos estão de joelhos perante o capital espoliador.

Repetiremos o tempo todo que, para acabar com Macri e o neoliberalismo, para emancipar a nação, para acabar com toda forma de opressão, é necessário um levante nacional dirigido pela classe operária, sob sua estratégia política. Não existe nenhum caminho intermediário. Não há forma de conciliar com a burguesia, que é uma classe covarde e antinacional. Devemos rechaçar todas as propostas de unidade nacional e frentes patrióticas, dirigidas pela burguesia, em defesa da grande propriedade.

Não há votos, nem leis, nem deputados, nem constituintes que possam acabar com a base material do grande capital imperialista. Que não nos enganem mais!

(extraído do Jornal Massas, nº 350, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

à completa “desnuclearização” da península. Mas, aconteceu somente após a Coreia do Norte concordar em paralisar os testes de mísseis nucleares, como exigia o imperialismo. No entanto, Trump manteve as sanções que sufocavam a economia, os exercícios militares, que ensaiam uma intervenção militar contra o país, e elevou o número de suas bombas nucleares deslocadas na Coreia do Sul.

A imprensa burguesa chamou a remover os entraves de ambas as partes, para se alcançar a “paz”. Mas, trata-se paz dos verdugos e saqueadores, que exige a completa submissão da Coreia do Norte. Se se impuser essa “paz”, os EUA logo usarão a Coreia do Norte, como base de manobras para cercar a China. A “paz imperialista”, como se vê, nada mais é que o

prelúdio do agravamento da barbárie social sobre as massas e de novos conflitos bélicos e convulsões políticas mundiais.

Certamente, não esquecemos quão odiosa e brutal é a opressão da ditadura burocrática de formas dinásticas sobre as massas norte-coreanas, nem como a teoria contrarrevolucionária da possibilidade de construir o “socialismo em um só país” rompeu os iniciais elos da transição ao socialismo, enterrando assim o impulso das forças produtivas no seio da propriedade estatizada dos meios de produção. Mas, não se deve obscurecer que a responsabilidade da Coreia do Norte se afundar no atraso e a miséria recai, fundamentalmente, sobre o imperialismo. A intervenção imperialista de 1950 abortou as tendências das massas de avançar à unificação da península com os métodos revolucionários. Submetendo a Coreia do Sul à condição de vassalagem, o imperialismo passou imediatamente a acirrar

as manobras e ataques desfechados contra a Coreia do Norte, objetivando retomá-la à força como semicolônia.

Nota-se que a negativa de Coreia do Norte a se submeter e desistir de suas armas nucleares comparece como um ato elementar de autodeterminação e defesa nacionais. Portanto, é o dever da vanguarda e do proletariado mundial defender incondicionalmente a Coreia do Norte e seu livre direito a desenvolver as armas estratégicas, incluindo as ogivas nucleares e mísseis balísticos.

Os explorados sul-coreanos devem romper com a opressão nacional, travando a luta anti-imperialista e anticapitalista. A tarefa do proletariado norte-coreano é a de construir seu partido marxista-leninista-trotskista e derrocar a burocracia estalinista, assumindo a direção do Estado. Eis como se retomarão os elos da unificação socialista da península e se imporá uma paz verdadeira e justa em uma só Coreia, dirigida por um governo operário e camponês.

Levante popular no Haiti

Explodiu em fevereiro um novo levante nacional das massas contra o governo de Jovenal Moise, um títere do imperialismo norte-americano. Uma greve geral com barricadas, piquetes e saques de supermercados pôs à luz-do-dia que os explorados decidiram tomar em suas mãos e aplicar seus métodos para solucionar a grave situação política e social.

O governo resiste, intensificando a repressão policial. Dezenas de pessoas morreram nos choques, dentre eles policiais. Entretanto, não conseguiu abortar o movimento. Ocorre que o levante de fevereiro apenas é um elo na cadeia das insurreições das massas que se desenvolvem desde

junho de 2018. À época, Moise aprovou um aumento de 37% na gasolina, 40% no diesel e de 50% no querosene. Imposta pelo FMI, a medida objetivava a proteger os credores da dívida externa. Nos bairros e locais de trabalho, formaram-se mobilizações espontâneas, que foram confluindo em uma frente única de combate. Acuado, Moise foi obrigado a revogar o aumento. Em novembro, as massas retomaram as ruas, exigindo sua renúncia, quando inúmeros casos de corrupção vieram à tona.

Na base dessa maré da luta de classes, acha-se a insuportável situação de vida. O Haiti é um país devastado, o mais pobre e miserável do continente. Não existe qualquer infraestrutura de serviços básicos, e a maioria das indústrias se arrasta no atraso técnico; à exceção da produção agroindustrial e de minérios, concentradas majoritariamente nas mãos de capitais estrangeiros.

80% da população vivem na mais absoluta pobreza e 63% sequer consomem os alimentos necessários para a sobrevivência. 300 mil crianças são exploradas no trabalho doméstico e lavouras, em condições de semi-escavidão. Milhares migraram para se converterem em mão-de-obra super-explorada, cujas remessas mantêm a raquítica economia em pé (22,4% do PIB).

O ódio das massas tem profundas raízes de classe. Moise é a mais clara expressão política do servilismo e impotência da classe dominante nacional. Ele mesmo, um latifundiário, foi eleito com 20% dos votos. Rejeitado, seu governo se mantém apenas apoiado nos grandes latifundiários e nos monopólios imperialistas. Por sua vez, há décadas que o imperialismo norte-americano e europeu, se servindo de governos semicoloniais subservientes, a exemplo do Brasil e Argentina, e sob a fachada da intervenção humanitária, ocupou militarmente o país. As

tropas estrangeiras, a exemplo da Minustah, sob o comando do Brasil e Argentina, agem como força repressiva contra protestos e greves (a polícia do Haiti foi desmantelada), a serviço das empresas mineiras e agrícolas, fuzilam dezenas de haitianos por ano, estupram mulheres e exploram o trabalho de crianças, e favorecem particularmente os negócios da prostituição, tráfico de pessoas e o desvio de milhões de dólares de “ajuda humanitária” a empresários de hotéis e indústrias têxteis.

Todo indica que há meses se desenvolve uma profunda crise revolucionária, com avanços e conjunturais refluxos.

Tal é o quadro de decomposição social, econômica e política que fazem do levante radicalizado das massas os embriões de uma insurreição instintiva dos explorados para acabar com a barbárie social, o entreguismo e a brutal opressão nacional e ocupação militar. Tudo indica que, há meses, se desenvolve uma profunda crise revolucionária, com avanços e conjunturais refluxos. Enquanto a constante unidade frentista e de ação assinala que se desenvolvem no seio dos levantes os germes da frente única anti-imperialista.

A história demonstra que as massas do país são uma fonte inesgotável de sacrifício e decisão revolucionários. Falta-lhes, entretanto, uma direção formada no programa do marxismo-leninismo-trotskismo. O que lhes impede de transformar as tendências insurrecionais presentes entre as massas em política e organização revolucionárias. Isso explica por que, apesar da radicalização das massas e de sua completa incapacidade, Jovenal Moise continua em pé. No Haiti, no fundo, trava-se o combate pela independência nacional.

As massas de toda América Latina devem exigir e apoiar a luta das massas haitianas pela expulsão das forças militares de intervenção. Devem exigir de seus sindicatos e centrais empreender com toda a energia a luta anti-imperialista. Está colocada a tarefa urgente de superar a fraqueza da direção revolucionária mundial, cujo embrião hoje se encontra no programa, métodos e quadros políticos que se forjam e se educam no Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Somente por essas vias e resolvendo essas urgentes tarefas poderá a vanguarda haitiana avançar na construção de seu partido marxista e constituir um governo operário e camponês, impondo a autodeterminação nacional na base da propriedade social dos meios de produção.



APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DO PARTIDO BOLCHEVIQUE

No jornal passado, expusemos os motivos do fracasso da tentativa de unificação entre as várias tendências originadas do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR). A iniciativa coube ao Comitê Executivo da Direção Socialista Internacional (II Internacional). A reunião ocorreu entre 16 e 18 de julho de 1914, em Bruxelas. Dessa experiência, Lênin aproveitou para diferenciar o princípio da unidade marxista da unidade sem princípio do oportunismo.

A pretensão de reunificar o Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), desconhecendo a trajetória das divergências, dos choques e das manobras aparelhistas, do bolchevismo com o menchevismo, bem como com outras tendências internas ao partido socialdemocrata, expunha o conteúdo da unificação oportunista. Ao contrário, as 14 condições do informe, redigido por Lênin, à reunião de Bruxelas, apresentavam os motivos da divisão e a impossibilidade da unificação sem o seu reconhecimento pela própria direção da II Internacional, que promoveu o encontro, e pelos agrupamentos opositores ao bolchevismo. A manobra unificadora de Kautsky, Martov e companhia se realizava no momento em que a primeira guerra mundial ganhava corpo. Um acontecimento de tal dimensão exigia um claro posicionamento da II Internacional, e de todos os partidos que se reivindicavam do marxismo.

O bolchevismo, já identificado como corrente leninista, mais precisamente marxista-leninista, havia se levantado em oposição ao oportunismo da direção da II Internacional, comandada pelo kautskismo. Era visível a sua intervenção como uma fração identificada com o internacionalismo proletário. Lênin avaliava que a hegemonia do revisionismo no interior da II Internacional, que levava à política chauvinista, portanto, ao apoio a esta ou aquela fração burguesa imperialista em guerra, havia concluído em sua liquidação. Tinha em conta a inevitabilidade de constituir a III Internacional. A bandeira da unidade oportunista ocultava as diferenças estratégicas irreconciliáveis diante da guerra.

No final de agosto de 1914, Lênin redigiu *“As tarefas da socialdemocracia revolucionária na guerra europeia”*. Foram as primeiras teses que separaram em campos opostos o bolchevismo e o oportunismo. Constam de 7 pontos. Depois de caracterizar como guerra europeia e mundial de conteúdo burguês e imperialista, as teses condenam a conduta da direção do partido socialdemocrata alemão e da II Internacional, por traírem o internacionalismo proletário e o socialismo. As teses serviram de base para o manifesto *“A Guerra Europeia e o Socialismo Internacional”*, assinado pelo Comitê Central do partido socialdemocrata da Rússia. Eis a formulação sobre a unidade revolucionária: *“As tarefas do socialismo na atualidade não podem ser cumpridas, e uma real unidade internacional dos operários não pode ser alcançada, sem uma decisiva ruptura com o oportunismo, sem explicar às massas o inevitável fracasso do oportunismo”*.

Em janeiro de 1915, Lênin retornou à questão da unidade

de no artigo *“O que fazer agora? (As tarefas dos partidos operários em relação ao oportunismo e ao socialchauvinismo)”*. Inicia assim: *“A tremenda crise provocada no socialismo europeu pela guerra mundial originou primeiro (como ocorre durante as grandes crises) uma enorme confusão; depois esboçou uma série de novos agrupamentos entre os representantes das tendências, matizes e opiniões diversas do socialismo; por último, colocou com particular gravidade e insistência o problema de que mudanças específicas, no que toca às bases da política socialista, derivam da crise e impõem a crise”*.

Uma das confusões se dava, precisamente, em torno à bandeira da unidade. Lênin relata um encontro de um membro do Comitê Central dos bolcheviques com um representante do Comitê de Organização dos liquidacionistas. Momento em que este lamentou a divisão na Rússia, e recorreu à bandeira da “unidade”. Lênin refere-se ao episódio para explicar *“o problema de princípios da unidade”*. A questão estava em compreender *“a importância da consigna da ‘unidade’ à luz dos acontecimentos atuais”*. Expõe seu raciocínio: *“A arma mais poderosa do proletariado na luta pela revolução socialista é sua unidade. Desta verdade indiscutível, resulta, algo não menos indiscutível, que, quando ao partido do proletariado adere um grande número de elementos burgueses que podem obstaculizar a luta pela revolução socialista, a unidade com esses elementos é prejudicial, arriscada para a causa do proletariado”*.

Essa observação se baseia em um problema histórico. O socialismo oportunista, que acabou degenerando a II Internacional, se forjou e se fortaleceu nas *“décadas da chamada época pacífica, em que se acumularam em todos os países da Europa uma grande quantidade de esterco pequeno-burguês, oportunista, no interior dos partidos socialistas”*. E conclui: *“Os oportunistas são inimigos burgueses da revolução proletária, aqueles que, nas épocas pacíficas, realizam furtivamente seu trabalho burguês, aninhando-se nos partidos operários, para aparecer repentinamente, nas épocas de crises, como franco aliados de toda a burguesia unificada, desde a conservadora até a mais radical e democrática, desde a livre pensadora até a religiosa e clerical”*.

Lênin assinala a questão da aliança temporária, às vezes necessária, com a pequena burguesia. Seria irracional renunciar a essa tática. Mas é obrigatório resultar de uma análise concreta da situação. Não se trata de utilizar abstratamente a bandeira da unidade. Segundo as condições do momento no caso da guerra em curso, e dos alinhamentos de classe em torno dela, explica Lênin, *“Hoje somente podem defender a unidade com ela, a unidade com os oportunistas, os inimigos do proletariado, ou os impostores tradicionais de uma época caduca”*. Enfim, Lênin deduz: *“A unidade da luta proletária pela revolução socialista exige agora, depois de 1914, que os partidos operários realizem a sua separação incondicional dos partidos oportunistas”*.

Já nesse momento, Lênin assinala o caminho da total ruptura com a II Internacional e constituição da III Internacional.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)